

COMBATE

A LIBERTAÇÃO DOS TRABALHADORES É OBRA DOS PRÓPRIOS TRABALHADORES

PORTUGAL: 150 000 ABORTOS CLANDESTINOS/ANO PLATAFORMA

Praticam-se em Portugal cerca de 150 000 abortos clandestinos por ano, em condições sub-humanas, que têm como consequência imediata não só a morte como a mutilação de milhares de mulheres.

Se antes do 25 de Abril esta verdade era escandalosamente escamoteada a coberto de uma ideologia baseada na repressão directa e imediata de todos os direitos fundamentais do ser humano, agora, que foram restabelecidas algumas das liberdades democráticas consideradas essenciais, este problema continua mais uma vez a ser «escondido» e considerado discriminariamente secundário. Continua-se assim a fugir à resolução deste problema, retirando-lhe o seu conteúdo social uma vez que se pretende fazer acreditar tratar-se de um assunto privado a ser resolvido na «intimidade do lar».

Nenhuma das instâncias oficiais mencionou até à data a questão do aborto, que tem estado ausente de todas as resoluções governamentais. Assim, no plano de emergência não é mencionado o problema do aborto, nem no capítulo da Segurança Social, nem no da Saúde, sendo a contracepção pudicamente apelidada de «planeamento familiar» com vista à «crescente melhoria do estatuto da mulher».

Será que isto acontece por «esquecimentos»? Por escolha de prioridades? Porque não consolida a revolução? Ou porque os problemas que mais directamente afectam as mulheres (53 % da população) são ainda considerados secundários?

Numa sociedade capitalista dividida em classes, cuja base material de existência e perpetuação é a família patriarcal, a legislação do aborto é utilizada como um meio de controlo do mercado de trabalho, de forma a adaptá-lo às necessidades conjunturais do sistema (liberalização quando há excesso, proibição quando há falta de mão-de-obra). A liberalização do aborto é um passo decisivo na luta pela libertação da mulher, através da conquista do direito de dispor do seu próprio corpo, (condição explosiva numa sociedade capitalista como a nossa assente por um lado na exploração de uma classe social, o proletariado, e por outro na opressão de um sexo pelo outro), luta esta que não pode ser desligada da luta mais geral do proletariado contra o capitalismo e pela construção de uma sociedade sem exploradores nem oprimidos.

(Continua na pág. 6)

ELEIÇÕES: QUE MUDANÇA?

Os homens fazem a revolução e a revolução faz os homens, a modificação havida no quotidiano durante um processo revolucionário modifica as próprias pessoas que nele participam. E nessa dialéctica que dessas pessoas e desses processos surgem novas pessoas, novas formas de luta e uma nova sociedade. Mas, pelo contrário, com os homens que se encontram à frente do processo político e militar em Portugal, verificamos uma inversão no seu quotidiano. Na sua maioria, os governantes portugueses passaram do exílio, da clandestinidade e da prisão onde, em primeiro lugar, lutavam contra um poder (o do Estado corporativo), para uma situação em que defendem um novo poder da sociedade de classes: o seu. Os militares, num acto de insubmissão, substituíram-se ao poder constituído. Os capitães do 25 de Abril eram, na sua esmagadora maioria, despolitizados e ignorantes dos negócios do Estado. Sabiam de guerra, e a 25 de Abril fizeram uma operação talvez mais emocionante do que de costume. A partir daí, «provisoriamente» ministros ou políticos, fizeram a sua aprendizagem de homens públicos.

Um ano depois do golpe de Estado que mereceu um natural apoio da população em geral, os militares anti-fascistas, uns mais outros menos, estarão neste momento mais próximos de querer ser como que membros de um movimento de «libertação nacional» do que militares em sentido restrito (cantonados nas casernas às ordens dos políticos).

Para os anti-fascistas civis e militares que desde há um ano gerem a diplomacia, a política e, agora, a economia portuguesas, a modificação havida nas suas funções tendeu para uma burocratização necessária. Nesse sentido, encontram-se exactamente no lado oposto ao que aconteceu com o comum da população portuguesa, sobretudo a urbana, que descobriu com o 25 de Abril a possibilidade de lutas mais avançadas e mais livres, mais abertas.

(Continua na pág. 3)

EDITORIAL

VIMIEIRO, ALENTEJO, OCUPAÇÃO DE TERRAS: «A GENTE NÃO ANDA A TRABALHAR SÓ PARA NÓS, É PARA TODOS OS QUE PRECISAM».

Entrevista feita enquanto visitávamos a herdade de Carteira, pertença da família Pinto Barreira (Cartaxo), na companhia de três camaradas tractoristas, que a ocuparam juntamente com outros, vai para dois meses.

1.º Trab. — Esta herdade da Carteira está toda alqueivada e ainda mais um bocadinho da herdade do Monte Branco. A gente alqueivou tudo porque está tudo dentro da mesma cerca. Ele fez uma cerca de arame farpado que ocupou este terreno todo. A gente não podia estar agora a deixar um bocadinho dentro da cerca que ele nunca mais tirava as vacas. Então alqueivámos tudo e ele continua a ter as vacas. Trá-las aí à mesma mas tanto ganha trazê-las aí como trazê-las fora do alqueive que elas acabam por morrer todas. Quase todos os dias morrem vacas. Agora es-

tas que aí estão, estão a dar-lhes uma farinha e palha, diz que a gente temos que pagar a farinha «essa despesa é à parte que esses que vieram aí para a terra têm que pagar a farinha». Vamos lá a ver se é a gente que a paga.

2.º Trab. — Não será ele que tem que pagar aquilo que fez à gente?!

1.º Trab. — A gente até deixou dois bocados de terreno com reserva de fechos, que era para depois ganhar a erva quando ela estivesse feita e secar e ser enfiada no que era para depois os animais comerem. Ele começou a char-

ruar com um tractor, um dos bocados dentro da cerca onde a gente já está, e nós acabámos de ocupar o outro resto que está lá do outro lado.

COMB. — Ouvimos dizer que vocês também vão fazer meloal para distribuir pela população.

2.º Trab. — O serviço que nós aqui vamos fazer é o seguinte: a 1.ª sementeira é preparar a terra, semear girassol, milho, grão e feijão frade e depois as pessoas aqui da população do Vimieiro que fizerem meloais, a gente dá esta várzea, por exemplo, este bocadinho de terra, no meio de 2 valas, pois é próprio para meloal, depois as pessoas que quiserem a gente divide — bocadinho para cada um. Pois concerta, a gente não anda a trabalhar só para nós é para todos aqueles que precisam e só é pena que os trabalhadores assalariados não se tivessem juntado à gente que então tínhamos avançado mais.

ESTÃO ARRANJADOS. VÃO PARA TRIBUNAL

COMB. — E porque não se juntaram?

1.º Trab. — Porque têm medo. Bem, e a maior parte deles foram contra nós. Dizem «eles foram lá para a terra, deixa-os, que eles são presos», agora na 4.ª feira quando fomos a Arraiolos já estão, deixa-os, é agora que eles estão arrançados, já foram chamados lá ao Tribunal.

2.º Trab. — O subsídio mostra que a gente não procedeu mal. Se fôssemos proceder mal o Estado não ia fazer o empréstimo à gente, acho eu, 300 contos para a gente fazer já a 1.ª cultura; isso para nós é já segurança.

1.º Trab. — Agora, com esses 300 contos e com a nossa atitude de dar-

mos a lenha é que temos apanhado mais algumas ideias duns trabalhadores em trabalhar connosco, porque até aqui todos tinham o seu receio, «só nós é que éramos presos»...

COMB. — E de futuro, como é que se vão organizar?

2.º Trab. — Estamos a procurar formar uma cooperativa mas estamos a ver isto muito atrasado, porque o pessoal aqui tem custado a entrar nisto, assim desta maneira de ser, de revolucionários, desta coisa toda, estamos um bocadinho atrasados.

1.º Trab. — A prova de que queremos formar uma cooperativa é que já fomos ocupar a Casa da Lavoura. As Forças Armadas estiveram cá ontem e estiveram a conversar com o homem que lá está na C. L. e mais 2 pessoas

(Continua nas pág. centrais)

SUMÁRIO: LUTAS NA S. ABREU, L. LEVY, ORNITEX, S. C. C., F. PÚBLICA

Quando as pessoas falam em reformismo e anti-reformismo convinha explicitar se isto é ou não mais do que a discussão de qual o sector político que irá controlar em seu proveito, o Movimento Sindical

CONCLUSÃO DA MESA-REDONDA (com funcionários públicos começada no n.º anterior)

COMB. — Havia aí uma série de questões que têm sido referidas pelas diversas posições e talvez interesse avançar mais um pouco na sua discussão.

Em relação ao que disse há bocado o trabalhador C ao falar do papel de enquadramento dos trabalhadores pelos sindicatos é preciso acentuar que de facto esse enquadramento existe, seja ele onde for, em todos os países, e seja qual for o modo de produção decorrente, é de uma maneira muito mais forte nos países de capitalismo de Estado, mas igualmente forte e decisivo nos países de capitalismo privado. Esse enquadramento existe de tal modo que a organização sindical, no fim-de-contas, se assevera fundamentalmente mais do interesse de quem tem o poder político e económico, ou seja, da parte da burocracia estatal, ou do capitalismo privado, do que do interesse da defesa e conquista dos direitos dos trabalhadores. Quer dizer, isto não é fazer teoria sobre a questão dos sindicatos, é uma constatação do que se passa nos diferentes países.

Concretamente nos países de capitalismo de Estado, e em Portugal caminha-se aceleradamente nesse sentido. Nestes países os sindicatos têm uma função de modo nenhum defensor dos direitos dos trabalhadores, mas sim de reguladora, planificadora e de executora da política decidida na cúpula, isto é, de quem está encarregado de extrair a mais-valia dos trabalhadores. Nos países de capitalismo privado o sindicato tem uma função fundamental para que todo o sistema funcione, que é uma função reguladora e de almofada no conflito capital/trabalho.

Assistimos, por exemplo, na Alemanha, na França, nos E. U. A. que os sindicatos se comprometem a não decretarem greve durante períodos de 3,4, ou 5 anos e não só não as decretam, mas abafam qualquer tentativa espontânea dos trabalhadores nesse sentido, de tal forma que permite ao patronato ter um determinado lucro previsível durante esses anos e, portanto o sistema funciona. Porque no sistema de capitalismo avançado se ele de facto não tem um certo número de garantias a esse respeito, o sistema não funciona. Por outro lado, e ligado a este papel dos sindicatos é a sua própria organização interna. Quando se diz que os sindicatos são controlados pelas cúpulas, eles são controlados pelas cúpulas em Portugal, na Alemanha Federal, ou de Leste, na Polónia, ou na França, ou nos EUA, eles são controlados pelas cúpulas. É preciso ver que isto não acontece por acaso. Porque são fortemente hierarquizados. Os trabalhadores estão divididos e hierarquizados: há chefes, subchefes, burocratas, etc. E se formos a ver, a iniciativa da base é abafada.

Em Portugal assistiu-se depois do 25 de Abril à organização e à criação de comissões de trabalhadores. Essas comissões, sendo, pelo menos pelo que têm feito, uma estrutura de tipo sindical, ultrapassam, em certos aspectos, o sindicato tradicional. E ultrapassam-no no sentido de haver uma maior democracia na medida em que essas comissões assentam em Assembleias-Gerais de empresas. Por outro lado, essas comissões aparecem depois do lançamento de um processo de luta pela base que faz criar a necessidade da existência dessa comissão que as necessidades do movimento podem levar a associar-se com outras comissões, e por aí fora. Embora estas comissões muitas vezes se tenham burocratizado e se tenham pra-

ticamente transformado em sindicatos paralelos, o que é facto é que noutros locais, que nós pensamos serem locais onde a luta mais avançou, foi onde a própria essência da estrutura sindical foi mais posta em causa; onde de facto desapareceu a hierarquia, onde de facto houve uma maior participação e um maior alargamento da iniciativa de todos os trabalhadores.

Para concluir, quando as pessoas falam aqui em reformismo e anti-reformismo nos sindicatos, convinha explicitar o que é que se entende por reformismo e, se é ou não é, a discussão de qual o sector político que irá controlar em seu próprio proveito o movimento sindical. Ou se de facto quer apoiar a organização autónoma dos trabalhadores, de tal forma que possam eles próprios (mas uma vez através de assembleias de base, através de um processo basista), terem eles próprios a direcção da defesa dos seus direitos, ou de conquista de uma nova sociedade, até que ponto é que eles têm isso na mão, ou até que ponto é que eles estão ao serviço de uma política, seja ela ao serviço do capitalismo tradicional, ou seja ela como parece que está agora a avançar, de caminho ao serviço de um socialismo entre aspas que mais não é que um capitalismo de Estado.

NESTE MOMENTO HÁ MAIS CONDIÇÕES PARA UM CONTROLO AUTOMÁTICO DOS SINDICATOS PELOS TRABALHADORES.

TRAB. F (CML) — Parece-me que não estou de acordo com a análise feita pelo camarada do «Combate». Penso que os sindicatos não são organismos fatalmente controlados por cúpulas ao serviço do sistema capitalista. De facto a situação é esta, talvez, na maior parte dos países. Julgo que isto está ligado a uma fase de expansão do sistema capitalista, a seguir ao pós-guerra que permitiu ao sistema integrar todas as forças de contestação que surgiam na sociedade capitalista. Houve algumas respostas — surgiram as greves selvagens em vários países da Europa Ocidental, e estou convencido que neste momento há talvez mais condições para um controlo autónomo dos sindicatos por parte dos trabalhadores, na medida em que o próprio sistema dá sinais de alguma crise económica. O caso português ainda é mais significativo: aqui o capitalismo está mais enfraquecido, a crise é maior, e parece-me que a nível sindical há mais possibilidades de os trabalhadores virem a controlar os sindicatos e combater as cúpulas reformistas que actualmente os dirigem.

DEFENDO A ORGANIZAÇÃO AUTÓNOMA DA CLASSE OPERÁRIA.

TRAB. C (DCG) — Costumo dizer que muitas das diferenças entre as diversas organizações que se reclamam da classe operária, são fundamentalmente; não diferenças de ideologia ou de prática, mas diferenças de semântica. Aqui estamos novamente com um problema de semântica. Se fôssemos a analisar concretamente o que nesta discussão se tem chamado sindicato, pois debaixo da palavra sindicato estão realidades antagónicas completamente diferentes.

Quanto a mim, pessoalmente, chamem-lhe sindicato, chamem-lhe comissão de trabalhadores, chamem-lhe soviète, chamem-lhe o que quiserem, o que eu defendo é a organização autónoma da classe operária.

O PODER DOS TRABALHADORES DEVE TODO ELE ASSENTAR NAS ASSEMBLEIAS DE BASE.

Como arrancar com essa organização autónoma? Através das organizações autónomas da classe, por unidades de trabalho, habitação (Células) e unidades de produção, etc. As próprias condições subjectivas e objectivas da luta que se irá desenrolando, irão obrigar à junção das comissões eleitas nos diversos espaços de luta, portanto à sua globalização numa estrutura mais lata. Simplesmente oponho-me à criação de qualquer tipo de estrutura altamente burocratizada ou «super-partes» de trabalhadores, sobre a qual os trabalhadores não possam ter um controlo quotidiano, um controlo total. Isto quer dizer que o poder dos trabalhadores, na base, deve estar formalizado ao nível do plenário de empresa, do plenário da unidade de produção, do plenário do bairro — são as assembleias de trabalhadores. É evidente que a própria globalização da sociedade, a própria totalização da sociedade capitalista e neste momento eu digo já, capitalismo de Estado, pelo menos ao nível do económico, falta-lhe é a construção, mas está-se a caminhar a passos largos para isso, a nível de superestrutura política. Portanto, neste tipo de sociedade os trabalhadores estão cada vez mais afastados dos instrumentos de controlo do seu trabalho, até da própria bancada de trabalho. Eles trabalham segundo normas de produtividade que são criadas exteriormente a eles, pelos técnicos intermédios, que as referem ao trabalhador mais qualificado (o herói do trabalho).

Aquilo que defendo como objectivo último é uma sociedade comunista, é a abolição do salariado, é o controlo efectivo e total da sociedade pelos trabalhadores, é a abolição da sociedade de classes. Simplesmente estes pontos que são os objectivos últimos do comunismo têm sido mediatizados através da luta constante da classe operária pelas organizações (é o não ser tático, nem estratégico, etc., etc.).

SÓ OS TRABALHADORES TEM DE LUTAR PELOS SEUS DIREITOS E, CONSEGUINDO-OS, ESTÃO A UTILIZAR UM PROCESSO REVOLUCIONÁRIO QUE NÃO PODE PARAR.

TRAB. A (DGCI) — Acho que vou poder representar aqui a massa dos trabalhadores menos conscientes, e menos conscientes por não ter podido tomar essa consciência que qualquer de vós já foi capaz de mostrar aqui. Ora, sendo portanto a representante, de certo modo, da mulher trabalhadora, da mulher da função pública, posso dizer que considero, por enquanto, o sindicato como uma forma de luta, e de luta que neste momento pode ser revolucionária. O oprimido tem naturalmente necessidade de deixar essa condição de opres-

são e sentindo-a tende naturalmente para se revoltar e para tomar consciência de qual o caminho a seguir para transformar as coisas e para as modificar. Logo, aconteceu o 25 de Abril e a massa de trabalhadores da função pública é amorfa porque não está consciente de coisa nenhuma, pode-se dizer que a maior parte nem sabia sequer o que é que se pode fazer na luta sindical. Ora, aconteceu no nosso departamento que são as Contribuições e Impostos, que foi exactamente isso que procurei fazer logo após o 25 de Abril. Começar a saber o que é um sindicato, e fomos precisamente eleitos em plenário e as pessoas que eram precisamente essa massa amorfa, decidiram eleger aqueles que lhes pareciam mais conscientes no momento.

Foi um grupo que apareceu, que seria capaz de activar o movimento pró-sindical, que era como nós lhe chamávamos, exactamente para não cairmos nesse processo de organização sindical, processo reformista e reacccionário como temos vindo a observar que acontece, porque julgam que só podem lutar tendo essa organização e ainda uma organização elitista, de cúpula, porque ainda não compreendem de que só realmente as bases, só realmente os trabalhadores é que têm de lutar pelos seus direitos e, conseguindo-os eles estão realmente a utilizar um processo revolucionário que não pode parar.

Os trabalhadores conseguem uma coisa, querem outra e não devem deixar que sejam sempre os mesmos delegados a defendê-los, porque isso contribuiria para parar o processo revolucionário.

OS PROFISSIONAIS DO SINDICALISMO, COMO OS DA POLÍTICA, NUNCA ERRAM, NÃO PODEM ERRAR PERANTE AS MASSAS. TRANSFORMAM-SE EM MITOS, EM CONDUTORES E PROCURAM SEMPRE TRANSFORMAR OS SEUS ERROS EM GRANDES VERDADES.

TRAB. B (GGCI) — Parece-me que da intervenção do nosso camarada C ressalta a necessidade da abordagem de dois aspectos diferentes e, talvez complementares — intrinsecamente relacionados com o problema sindical e da sua inserção no processo revolucionário. E a questão da organização autónoma dos trabalhadores com base no sindicato, e o problema da vida interna, ou de participação democrática dos trabalhadores nessa organização, ou nessas organizações autónomas.

Parece-me que o primeiro problema não foi suficientemente clarificado. Claro que o problema da organização autónoma dos trabalhadores é volta do seu sindicato diz respeito à luta dos trabalhadores pela destruição do capitalismo e pela construção da sociedade socialista como uma necessidade dos trabalhadores. Mas não só essa necessidade de luta constante contra o capitalismo, como parece, agora passo eu a explicitar, depois da tomada do poder político pelo proletariado a manutenção da organização autónoma dos trabalhadores para evitar que a burguesia burocrática ou tecnocrática, tome conta do poder em substituição dos operários e, portanto, faça a contenção do processo revolucionário e transforme a evolução da sociedade socialista, da sociedade comunista num processo de capitalismo de Estado, ou de socialismo de Estado, como se quiser chamar, pois as duas definições são coincidentes. Ora bem, parece-me que o problema não foi bem explicitado, porque o nosso camarada referiu-se à necessidade de se criar células e mais células, consubstanciando essa organização autónoma do proletariado. Não compreendo bem como através do desenvolvimento deste esquema de organização autónoma, um pouco simplista, talvez um erro dar-lhe uma etiqueta, mas é só para uma referência: como é que uma coisa de tipo anarco-sindicalista pode responder às necessidades de se criar células e mais células, consubstanciando essa organização autónoma do proletariado. Não compreendo bem como através do desenvolvimento deste esquema de organização autónoma, um pouco simplista, talvez um erro dar-lhe uma etiqueta, mas é só para uma referência: como é que uma coisa de tipo anarco-sindicalista pode responder às necessidades da conquista do poder político, por parte do proletariado. Não sei até que ponto esta organização, proposta pelo camarada C, se ela própria é uma organização que deve funcionar parale-

lamente à organização política, ou como organização de substituição integral e global nas mãos do proletariado para a conquista do poder político que é fundamentalmente o promover a construção do socialismo e do comunismo. Este é o aspecto global do problema. A outra questão pareceu-me correctamente posta que é da necessidade de uma participação democrática e permanente e autêntica no seio dos sindicatos que efectivamente se concretiza melhor no princípio da revogabilidade dos delegados, ou das comissões sindicais. Parece-me absolutamente correcta a sugestão, pois só assim há efectivamente uma prática democrática e um controlo democrático dos trabalhadores sobre os seus órgãos de execução. Creio mesmo que só a prática desse princípio pode dar o sentido de responsabilidade não só aos delegados perante as massas, como às próprias massas perante os seus delegados e perante si próprias, porque o não se levar à prática com toda a energia e com toda a correcção este princípio conduziria à instalação instável dos órgãos de execução dos delegados, das comissões, das direcções. E aqui que está o grande erro do cupulismo e do burocratismo sindical, ou qualquer outro. É que os profissionais do sindicalismo como os profissionais da política, nunca erram, não podem errar perante as massas. Eles transformaram-se em mitos, em condutores e, na medida em que o são, eles procuram sempre, talvez a história mostre isso, transformar os seus erros em grandes verdades. E é todo um desenvolvimento da dialéctica do pensamento, no sentido de justificar perante a sua própria consciência, em primeiro lugar, e justificar-se perante as massas, em segundo lugar, dos erros que cometem transformando-os em grandes verdades. E isto constitui a bola de neve que transforma a estabilidade e a instalação das comissões e dos delegados das direcções em organizações do estado-maior, de cúpula; de organizações que tenham tudo para não serem desalojadas da sua posição. Eles deixam de ser trabalhadores para passarem a ser dirigentes. E nesse sentido são profissionais e não podem errar, porque um profissional é um técnico e não pode errar, e está sempre certo e procura evitar que os trabalhadores controlem a sua actividade, e procura evitar que os seus erros sejam descobertos. Portanto, a sua capacidade de auto-crítica anula-se completamente e, a capacidade de crítica das massas naturalmente que também fica escamoteada.

LUTA CONTRA O CUPULISMO NOS SINDICATOS, UM FALSO PROBLEMA.

TRAB. (CML) — Como disse, nós elegemos os delegados seguindo dois critérios, ou talvez, um critério misto: eleger delegados por local de trabalho, e ao mesmo tempo, por profissão, uma vez que na CML se encontram 151 profissões. Dos delegados assim eleitos formou-se o órgão máximo de decisão pró-sindical que é a Assembleia de Delegados. Ora, essa Assembleia, na fase inicial, englobava cento e tal delegados e, neste momento, engloba 280. Como tal, o funcionamento prático desta Assembleia é extremamente difícil e houve que essa Assembleia designar entre si um órgão coordenador da actividade da organização pró-sindical que foi um Secretariado. Esse órgão foi eleito pela Assembleia de delegados, designando para esse órgão um indivíduo de cada direcção de serviços e um do serviço autónomo. Chegou-se à conclusão e por isso este processo eleitoral já está desencadeado, que este processo não era a forma mais correcta de funcionar. Neste momento propõe-se o seguinte: a eleição de um órgão que continua a ser coordenador, directamente pelas bases; por outro lado, a actividade desse órgão será fiscalizada precisamente pelos delegados eleitos pelas bases, também segundo o critério misto — por cada 20 trabalhadores e por profissão, a eleição de um delegado. Isto virá dar uma Assembleia de Delegados com cerca de 500 indivíduos. Por outro lado, o funcionamento até agora, da movimentação sindical, na CML, tem sido muito diferente do que tem sido feito nos outros sectores da função pública e isto porque embora o nosso processo não esteja totalmente isento deles, tem muitos, partiu, de início, de uma base mais correcta.

Agora, neste momento, a actividade está circunscrita ao processo eleitoral, mas antes de tal a Assembleia de Delegados funcionava regularmente de 15 em 15 dias e, muitas vezes, chegou a reunir até duas vezes por semana, com

(Continua na pág. 7)

EDITORIAL

(Continuação da pág. 1)

AS ELEIÇÕES DO ESTADO

Reivindicação-chave da oposição anti-fascista durante largas décadas, as «eleições livres» vão finalmente voltar a ter lugar entre nós, repondo-nos assim na civilização da representação «democrática» popular, através da qual os cidadãos, civicamente, elegem para as instâncias do Estado os diversos agentes legais da exploração salarial e da opressão que lhe é correspondente.

Do ponto de vista da classe proletária (dos que apenas possuem a força de trabalho assalariado), votar, nestas condições, é uma alienação, pois o proletário dissolve-se na categoria ilusória dos cidadãos, que são, segundo o Estado e a sua ordem (por definição classistas), «iguais» perante a lei: esta igualdade é aquela alienação, porque é um logro. O Estado não é mais do que um largo comité de gestão da sociedade de classes moderna, cuja função, pacífica e violenta, é a de defender os fundamentos desta sociedade: os da produção da vida actual.

A questão das eleições estaduais faz parte de toda a mistificação do Estado e da sociedade de classes nele materializada. A liberdade, no processo eleitoral presente, não tem lugar para os que não acreditam e contestam a sua democraticidade. Assim, votar não é obrigatório, mas «o não exercício do direito de voto determina inelegibilidade para a Assembleia Legislativa, para os corpos administrativos ou para os órgãos dirigentes de qualquer pessoa colectiva pública durante um ano após a eleição da Assembleia Constituinte» (artigo 84.º da Lei Eleitoral). E toda a propaganda é feita no sentido de impor ideologicamente o voto como abrigatoriedade cívica (não se pode pôr em causa ou denegrir as eleições).

No que diz respeito ao seu resultado, por outro lado, em função da atitude tomada pelo Conselho Superior da Revolução, ele aparece como já estabelecido: o C. S. R., para além de ter afirmado que seja qual for o resultado das eleições será o seu programa e orientação que devem ser tidos em conta pelos partidos políticos, propõe-lhes ainda que reconheçam a sua função de vanguarda ou garante do processo actual (sendo assim a Constituinte apenas uma ratificação). Isto significa que o MFA não pode deixar o poder. O que significa que ele se vê e se faz ver como o representante popular por excelência, não estando interessado em delegar a direcção do Estado para aquilo a que se chama a sociedade civil. (O que, note-se, é normal, pois foi o MFA quem realizou a revolução política do Estado). Isso significa ainda que a centralização estadual é um processo irreversível. Apoiado técnica e funcionalmente pelos funcionários dos diversos partidos governamentais, o MFA é e permanece o centro do poder de Estado.

Porque razão é, assim, o partido militar a dirigir o processo de reconversão da sociedade capitalista em Portugal? Sem dúvida porque é nele que os fundamentos desta sociedade têm garantias maiores: a força material do partido militar é a melhor garantia de manutenção do modo de produção capitalista, tanto mais que se encontra facilitada pelo crédito que ganhou em 25 de Abril de 1974 junto da população. O voto que o MFA patrocina e hoje pede à população é deste modo algo como uma factura passada pela libertação política de há um ano; no universo mercantil, tudo merece um preço.

UM AVAL POPULAR E INTERNACIONAL

A nível internacional também tem importância que as eleições se realizem; o contrário seria dar, para largos sectores dominantes da opinião exterior, uma leitura nada útil da democracia em Portugal e seria uma amostragem pública do que não deixaria de ser considerado como uma ditadura militar.

Porque o sistema capitalista é reflexo em Portugal numa situação pouco invejável: situação internacional de crise de funcionamento da economia, falta de investimento de capitais, desemprego, fuga para o estrangeiro de capitais «nacionais» e internacionais (fuga que apenas obedece à própria lógica imediata da valorização, aqui ameaçada), falta de controle dum grande número dos assalariados por parte do Estado.

É em função da situação internacional, fundamentalmente, que tem lugar a especificidade do processo eleitoral português. Efectivamente, o capitalismo em Portugal não pode dar-se ao luxo dum certa instabilidade de orientações que seria produzida pelo jogo partidário tradicional nos países europeus, exigindo, pelo contrário, a intervenção dum poder estadual que se mostre inflexível. Por outro lado, é ainda a situação internacional que condiciona as opções estaduais: da Europa ocidental ou dos Estados Unidos os investimentos não estão a chover, longe disso, e Portugal não tem capacidade de concorrência com os principais países da Comunidade Económica Europeia (C. E. E.) e da O. C. D. E.; a sua capacidade de concorrência mercantil (de escoamento de mercadorias) e de relações comerciais em geral terá mais viabilidade relativamente aos chamados países do terceiro mundo, cujo baixo nível tecnológico os põe em condições de comprar mercadorias produzidas em Portugal, exportando por seu lado matérias-primas energéticas que o nosso país não possui.

As eleições são pois um aval popular (o número de eleitores, embora por um processo de obrigatoriedade, inscritos nas listas eleitorais, comprova-o) a este processo. Haverá, por certo, uma dose notável de ilusões que se verificarão no acto cívico do voto por parte dos assalariados mais explorados (aqueles cujo salário apenas dá para sobreviver); mas esta ilusão é o resultado real da situação, geral, da ausência dum alternativa que possa opôr-se à organização social assalariada actual — a ausência

dum movimento social proletário que afronte e conteste a vida alienada dos trabalhadores. Na ausência deste movimento social, é a instância política que domina, e esta materializa-se agora no processo de eleição dos agentes, legisladores, das relações capitalistas de existência. A normalidade do processo eleitoral é, assim, a amostragem da debilidade do proletariado, da sua não-revolta contra a actual produção da vida.

DOIS EXEMPLOS

Se compararmos a eleição, por parte dos trabalhadores, dum comissão de empresa, na qual os eleitores têm um controle directo sobre os eleitos, com a eleição dos agentes do Estado, a diferença será exemplificativa: enquanto na primeira os eleitores dominam o processo, porque são eles próprios que o provocam e determinam directamente o seu modo de funcionamento, na segunda, porque é algo que lhes é exterior (o Estado) que o determina e o rege, o resultado escapa-lhes necessariamente: o resultado dum eleição é determinado pelo poder que a rege — e a controla.

Aqui se verá a diferença que existe entre democracia operária, auto-organização dos trabalhadores, e democracia do Estado, que é expressão da sociedade dominante.

A perspectiva da luta necessária, e que tem lugar muito para além de nós, contra os fundamentos da sociedade da escravidão assalariada (e não apenas contra as suas formas), implica, a nosso ver, uma crítica de todos os poderes separados, de toda a representação «democrática», na qual os trabalhadores não podem interferir directamente e que, por isso mesmo, são um logro e uma mistificação organizada.

Esta realidade verificou-se durante praticamente todo o processo de luta de classes que desde há um ano se desenrola em Portugal. O golpe de Estado de 25 de Abril deu origem a incontáveis pequenos «golpes de estado» por todo o país. Por todo o lado, nas repartições, nas secções, nas oficinas, nos sindicatos, nas universidades, nos liceus, a caça ao fascismo foi inaugurada — para «democratas e anti-fascistas convictos» ascenderem aos lugares deixados vagos e aí assumirem, num novo tempo, funções que não podem deixar de ser, no fundamental, as mesmas: porque o modo de produção é o mesmo. Assim, por todo o lado, a revolução não era permanente, mas os golpes de (pequenos) estados chegavam a sê-lo. E é aqui que reside, ao fim e ao cabo, o resumo do processo político português desde há um ano: a maior parte das vezes ficou-se pelo «golpe de estado». Mas o golpe de estado será sempre uma falácia se não chegar a ser um golpe no Estado.

A MUDANÇA : O CAPITALISMO DE ESTADO

Depois de 11 de Março, com a morte lenta do capitalismo privado, poderemos por conseguinte dizer que o poder de Estado acabou por se concentrar fundamentalmente nestas duas forças: MFA e PC. Será muito importante sublinhar que estas duas estruturas piramidais fogem, na sua própria lógica e funcionamento, nas decisões da política que seguem, ao controle da base. O carácter comum destas duas estruturas acentua-se com o facto de que tanto uma como a outra têm os seus centros de decisão em homens que desde há longos anos são funcionários; uns do exército português, outros do PC, homens esses que ao longo da carreira que fizeram na escalada da hierarquia de ambos os aparelhos foram moldados por essa mesma hierarquia e pela disciplina que lhe é indissociável.

Estamos pois perante duas forças cujos responsáveis são (na sua formação e na sua realidade social) castas à parte do comum da população. Uns, funcionários do Estado português, outros dum organização que, privada, luta por controlar o Estado, passando desde logo os seus funcionários a funcionários públicos.

Ver-se-á, assim, que independentemente dos resultados aparentes que darão estas eleições, o processo em que se entrou já é o da dominância do capitalismo de Estado. Que este processo seja ilusoriamente apoiado pelos explorados, nada retira ao facto real que prevalece: o modo de produção não é alterado, apenas é a sua forma. Com esta mudança, os assalariados apenas mudam de patrão.

Escolher entre capitalismo privado e capitalismo de Estado (este último sendo mostrado pelos seus mentores pelo que não é, através da mistificação da «via socialista») é ainda uma indicação da fraqueza do movimento social proletário, que não tem força para atacar o papel para que continuam a ser relegados os trabalhadores: os de mera força de trabalho alienado. Porém, toda a demagogia e mistificação serão insuficientes para esconder a vida real. E esta continuará a ser vivida pelos proletários na prática da sua exploração salarial e na opressão que lhe é própria.

As eleições serão, por certo, um aval popular ao capitalismo de Estado. Mas é contra este aval, sem receio de estarmos a defender posições consideradas minoritárias, que desde já nos insurgimos. A mudança de padrões não é, para os proletários, para quem apenas possui como mercadoria a força de trabalho, um progresso; é sim a confirmação de que a única alternativa humana para a sociedade presente é a revolução social. E de que todas as modificações que se possam operar nas formas de imposição do trabalho assalariado apenas são modificações a nível do Estado e da sociedade de classes que lhe é própria.

NEM CAPITALISMO PRIVADO, NEM CAPITALISMO DE ESTADO — LUTA PELO COMUNISMO.

«NÃO É RECUARMOS O QUE VAI À FRENTE RAPAZES» (Cont. da entrevista (1.º pág.) com trabalhadores do VIMIEIRO)

que lá estavam e estiveram a dizer: «pois só assim é que a gente pode levar isto onde todos precisam e eles já deram um passo bom, que foi ocupar as terras, que são válidas, já tiveram um empréstimo e já têm esta casa. Pois não digo já uma cooperativa, mas já têm uma associação onde eles podem debater os problemas deles. E produtos que sejam para semear, pois podem-nos vir aqui guardados». E ele até disse mais para o homem que está lá empregado: «Oh, fulano, você acha que se eles precisamos? O moço foi franco com o Grémio ou por conta dum associação ou por conta dum cooperativa, estou sempre pronto a colaborar com eles, sempre, porque eles são pobres como eu, eles só podem viver do trabalho, que é o mesmo que me acontece a mim».

2.º — Trab. — Ainda ontem a gente falava com ele e ele dizia a mesma coisa. Que a gente precisava dum casa para montar a escrita, porque isto de não ter escrita, não termos casa para reunir, andamos aí de esquina, de rua



LEVAR AS COISAS A SÉRIO

em rua, muitas vezes a dar a conhecer tudo aos outros, mesmo antes de a gente estar dentro do assunto, dar a conhecer tudo quanto se anda a fazer. Falamos com esse dito homem do Grémio a este fim: «Precisamos de adaptarmos a casa neste sistema, arrecadar o girassol, o grão; por causa de fazermos uma reunião entre os que andam aqui neste conjunto, falamos de dinheiros, de contas, de horas de trabalho, de como é que havemos de fazer para trabalhar as terras melhor, temos que receber as opiniões de todos e não temos uma casa». E ele disse: «Rapazes, eu preciso é de ser mandado». Nunca assumiu qualquer atitude que nos mostrasse «pois nós não vos queremos cá».

TEMOS QUE TER UMA CASA

1.º Trab. — Ele disse: «pois, vocês bem vêm, eu estou aqui a ganhar o ordenado, está aqui a comissão liquidatária, (que é a comissão para liquidar os Grémios), eu sou só um servo, portanto, eu acho que vocês deviam comunicar a eles e logo viam o que eles dizem, se pode ser ou se não pode ser». Ele até falou bem. Agora vamos lá a ver. A gente vai falar com eles, pois nessa altura se eles disserem não, pois a gente entra mesmo, quando a gente for falar com a comissão liquidatária, se eles disserem assim: «não, a gente não os autoriza, vocês não podem para lá ir, que tenham lá a semente está certo mas ir para lá, não». Nessa altura a gente toma lá a mesma, abrimos a porta, entramos, pomos lá uma mesa e umas cadeiras para a gente lá falar da nossa vida, do assunto da lavoura que temos a resolver, não é estar assim na rua a falar disso. Agora vamos lá 15 ou 20 homens para minha casa, está a minha mulher, está o meu garoto, está a dormir, está a descansar. Estiveram a trabalhar, vai a gente para lá, e fica lá até à meia noite, até às 2 a falar, não está certo. Vamos para casa dum outro. Não! Temos que ter uma casa.

2.º Trab. — Ainda hoje, estivemos a

reunir para fazer essas contas, uns já não têm dinheiro para gasóleo, outros não têm dinheiro para comer em casa; outros não têm dinheiro para mandar arranjar as alfaias. Um está aqui a trabalhar agora, daqui a bocado parte-se-lhe uma coisa qualquer, terá que parar. Chega à oficina não tem posses para pagar, o da oficina também não está para dar-lhe crédito. Agora temos cá já os 300 contos, temos que atender a tudo, temos que pensar, temos que falar e reunirmo-nos, aonde? Terá que ser numa casa que além tenho, que não tem condições. Nem sequer temos luz para vermos aquilo que estamos a fazer. Ora nessa altura, cá está o que o Zé disse, se não nos deixam entrar, que além disso a gente já sabe que não vamos pagar a ninguém que nos diga pois vocês não entram, pois a gente está mesmo na altura de fazer o mesmo que fizemos lá terra, entramos mesmo lá para dentro mas não é para destruímos aquilo que lá está nem damos cabo de alguma coisa.

1.º Trab. — Já temos o apoio do homem e o homem tem o nosso apoio dentro daquilo que falamos com ele. Ele tem dito sempre: «Oh rapazes, eu tenho que andar a mando dum quaisquer». A gente estamos assim, hoje ainda vamos fazer isso na minha casa, mas amanhã já não iremos fazer, pois senão estamos na mesma que em anos atrás. A gente faz assim, entra mesmo, que ele abre-nos a porta, e se não abrir, se for de responsabilidade para ele, a gente abre-a mesmo.

DEITAR CONTAS A VIDA

COMB. — O que é o seródio?

1.º Trab. — O seródio, é semeamos agora o girassol, o milho, o pão, o feijão frade e os meloais, isto é, a seara da primavera.

Depois quando for para Dezembro lá vem o trigo, eu e todos os que estamos aqui metidos, temos aqui alqueire feito aí para 500, 600 sacos de trigo para semear, claro que isso manda já um bocado de despesa. Cada saco de trigo vai levar 200 kg de adubo, cada 80 kg de trigo vai levar 200 kg de adubo, ora cada saco de trigo custa aí 500\$00, é aí a 5\$80/kg, o que está semeado era a esse preço não sei se ainda irá subir mais, ora 500 ou 600 sacos de trigo é já uma porrada de sacos. O adubo, cá custa custa à volta de 800\$00. Ora se forem 500 sacos de trigo são aí 1000 sacos de adubo, o que é uma grande despesa. Nessa altura, lá estamos nós outra vez à volta do Governo. Precisamos de mais dinheiro. Mas quanto ao dinheiro que ele agora nos emprestou é para ser pago após a seara ser recolhida.



ISTO É PARA A POPULAÇÃO

não lhes parece que a terra chegue a pontos de a gente a trabalhar, dentro desta labuta que temos e a gente não pode ir dizer às pessoas que têm que entrar, eles é que têm que lentamente entrar como voluntários, não somos capazes de obrigar, não acham? A gente não pode obrigar à força, a gente vai falando, vai dizendo destas coisas, mas eles é que têm que entrar. A gente não fez isto para dez, a gente fez isto para a população que quer entrar, que está livre de todos os classes, aquele que não tem dinheiro para comprar uma enxada para vir para aqui segunda-feira, ora, aquele que tem, arranja o dinheiro e compra a enxada, aquele que não tem dinheiro para comprar um pão, a gente sempre vai arranjando. Já isto não custaria menos, aqueles que têm cá o corpo metido porque nós agora perante um homem ou uma mulher ao fim de seis dias tem a receber, por hipótese, um conto de réis, ora se estivéssemos dentro dum cooperativa fazia o pagamento a essa pessoa por 500\$00, por exemplo, porque numa semana não se gastam um conto de réis aqui nesta terra.

COMB. — Esse dinheiro foi emprestado com juro?

2.º Trab. — Acho que foi sem juro. Mas tem de ser pago logo após a recolha da seara. Depois para a seara de trigo isso terá de ser mais, isso já anda aí pelos 1000 contos, isso é para a sementeira do trigo, porque quando for para a ceifa já a despesa se torna mais pequena, visto que a terra é própria para máquinas, a gente com as máquinas já resolve isso.

O QUE A GENTE QUERIA É QUE TODOS ENTRASSEM

COMB. — Vocês há bocado dentro com na segunda-feira vão entrar aqui mulheres. Vocês vão pagar salários a essas mulheres?

1.º Trab. — Pois concerteza. Como é que havia de ser, pois as mulheres precisam de viver, tal como nós. E há-de haver homens também, que aí há muito que fazer. Trazem enxadas e forcados para juntar esse mato que aí há para queimar, porque a gente precisa de semear o seródio e não podemos ir semear com esse mato todo aí. Então passaríamos a ser pior do que eles, porque fizemos a despesa no alqueire e deixamos aí o mato, então, isto não dava nada. O mato estava aí porque eles não cultivavam, não podemos fazer a mesma coisa que eles.

2.º Trab. — Bem, o que nós queríamos não era pagar às mulheres e aos homens que venham para cá cortar o mato ou fazer outras coisas. O que nós queríamos é que todos entrassem para a cooperativa e então trabalhávamos todos para o conjunto. Assim é que a gente pensa fazer isto, mas como o outro, que é lá em baixo a Alegria e a Azoa ali a bater a Santana.

duns terem dois ou três contos em casa e amanhã não terem dinheiro para pão. Eles não querem entrar para um assunto destes, agora, mas com o tempo e com a nossa força, começamos dez, amanhã podemos ser catorze ou vinte, e conseguiremos dobrar a população toda para que amanhã se passe um caso destes, mas presentemente, mesmo que a gente queira forçar o povo nesse sentido, não somos capazes. Entre os dez, fazemos o seguinte: aquela pessoa, mulher ou homem, que queira entrar para a sociedade, isto é, para a cooperativa, isto tem que partir dum cooperativa, quer entrar, entra sim senhor, conforme as nossas posses é a maneira que a pessoa recebe para se governar. Aquele que não quer entrar, quando chegar ao sábado temos que pagar justamente as jornas conforme manda o sindicato, não podemos avançar mais. Fazendo esta estrutura maior já não era a forma que o sindicato mandava, tinha de ser mais, mas com a falta de capital que nós temos não podemos alterar uma coisa dessas. Ora eu penso que uma pessoa que ouça a nossa intenção, nunca poderá dizer que nós fomos ocupar aquela herdade para melhorar a vida, para fazer uma vida melhor do que a que tinhamos, acho eu, mas as pessoas não estão dentro deste assunto, não concordam.

pois a gente em vez de ter aqui 200 hectares, teríamos 400 ou 500, conforme fossem as pessoas que se juntassem a nós, pois nós iam cultivando as terras, que era para dar para todos, mas eles tiveram medo, não quiseram enfim, para nós já chega, vamos indo assim.

COMB. — Falaram-nos também que vocês têm tido problemas com os tractores. Têm letras, não é?

1.º — Trab. — Até lhe posso provar. Tenho aqui uma. Na semana passada tive letras, uma de 15 outra de 25 e outra de 5 e agora aqui tenho outra de 15. Aqui está o aviso para o dia 16...

COMB. — Vocês agora não têm estado a receber dinheiro nenhum? Não têm estado a trabalhar para fora...

2.º Trab. — Pois não, ora aí é que está a diferença.

COMB. — Como vão resolver esse problema?

2.º Trab. — Não sei, da melhor maneira que seja possível. Talvez reformar a letra, não sei, chegando essa dia logo vejo o que hei-de fazer. Até nisso está o problema, não é? Só me admira como só agora essas pessoas têm tido vagar de raciocinar e dizer que de facto nós anteriormente estávamos mal. As pessoas que nos escravizavam agora dizem: «ah, de facto, isto estava mal, pois era». Ainda foi terça-feira que estive em Évora, no Sindicato, e estava lá uma senhora. Dizia ela que era doutora. Eu não sei, nunca a vi, não a conheço.

SÓ AGORA É QUE A DOUTORA VIU?

Ela estava a dizer coisas, eu estive a ajudar, mas depois tive de dizer, de dizer a verdade — «então só agora é que a senhora doutora recuperou, só agora é que viu que andou a escravizar um ser humano como a senhora, só agora é que viu?». «Mas é que agora o trabalhador já ganha um conto de réis por semana. Trago lá não sei quantos criados, já foram a não sei quanto por mês, e eu não sou capaz de aforrar». Então eu disse assim para a senhora doutora: «Oh, minha senhora, há quanto tempo se deu o 25 de Abril? Ainda não há um ano! Ora veja lá, ainda não há um ano e a senhora já está a lamentar-se, até talvez tenha razão; e eu com 51 anos até agora, o que é que tenho feito?». «Pois todos temos razão, mas agora é demais». Eu digo assim: «Não, não é demais, agora é que isto é capaz de equilibrar, para eu poder falar com a senhora, como estamos a fazer aqui, junto a mim e a 20 ou 30 trabalhadores que aqui estão, agora é que isto talvez esteja a equilibrar».

3.º Trab. — Ali está tudo fechado à chave...

2.º Trab. — Oh homem, fala, não tenhas medo, fala homem.

3.º Trab. — Ali está tudo fechado à chave, não dei cabo da chave, puxei o ferrolho para cima, abrem-se os dois portões. Quando a gente quiser entrar, faz assim, depois é puxar outra vez o ferrolho, fica fechado à mesma. Abri-mo-lo sem chave, mas não se dá cabo de nada.

2.º Trab. — Quanto a mim este homem (nota do COMB.: o Patrão) aqui no Vimieiro, ele não é daqui, ele bebe no Carregado, mas este homem só tem prejudicado o povo do Vimieiro, posso dizer coisas concretas. Desde que começaram as 8 horas para o trabalhador rural, isso para ele foi como se lhe tivessem dado um tiro, como se perdesse que o iam matar. Tinha aí cinco ou seis parreiras onde trazia cinco ou seis homens todo o ano a trabalhar com as parreiras. Começou logo a vendê-las, ficou só com três pessoas, que é as que andam aí a tratar das vacas. Daí para cá nunca mais deu trabalho a

ELES TIVERAM MEDO

2.º Trab. — O que ele está a dizer é certo mas há uma coisa: se o trabalhador assalariado se tivesse juntado,



QUEM E LADRAO?

peçoal nenhum do Vimieiro. E quando ali mandava o irmão dele, o Zé Diogo, uma vez fui lá ao Monte Branco — «Bom dia, patrão Zé, ouvi dizer que dava searas, podia dar-me aí um bocado para fazer a seara». «Não, não dou cá searas nenhuma, para te dar uma seara, arranja-me aí pastagens para as vacas». — Mas como é que vou arranjar pastagens para as vacas, eu não tenho um palmo de terra meu». — «Não sei, descobre para aí alguma». Bem, eu digo assim, «vou tentar». Abalei mais um empregado dele que é o feltor, o Sidónio Espadinha, que está no Monte Branco, aparelhámos duas águas, ele uma, eu outra, fomos dar volta à Torega do Vidilégio, Canilha, Bela-Palha e Monte Novo, demos volta àquilo tudo a ver se o Sr. Armando lhe queria vender a pastagem. Ele não quis e ele não deu a seara. Eles dão-se mal como os cães, tanto faz o João Maria como o Zé Diogo. Vem para aí o João Maria mandar, eu chego ao pé dele e digo, foi muito antes disto, foi no tempo da caça. Andava ele a caçar, dei-lhe as boas-tardes e digo assim: — «Então patrão João, vinha-lhe pedir um favor». — «Então o que é?». — «Se o patrão João me dava aí uma seara?». — «Não, não dou searas a ninguém enquanto não me pagarem o trigo a 10\$000 o quilo, não dou searas a ninguém, nem eu o cultivo, isto é meu, faço o que quero». — «Mas se você me desse aí uma seara...». — «Já te disse, não dou searas. Se desse, dava primeiro ao sr. Matias (que é outro quanto como ele) e depois então daria a você».

E mesmo agora no dia em que a gente lá foi conversar com ele, antes de fazer a tomada da terra, fui-lhe pedir uma seara, disse-lhe se queria arrendar, perguntei-lhe o que é que ele semeava aí no alqueire. Ele disse «semeio uns bagos de milho». Eu digo assim: — «então e nas varzeas?». — «Isso nas varzeas é um caso a ver». — «Nas varzeas era capaz de dar aí um feijão frade». — «Depois deixo aí semear uns feijões, sem compromisso, isto ainda é caso para resolver, não fique já a pensar que lhes deixo aí semear o feijão».

Quando tomámos a terra tínhamos aí onze máquinas paradas, ele tinha dito às Forças Armadas que dava trabalho a sete ou oito máquinas, as F.A. mandaram-nos ir conversar com ele e ele disse à gente: — «Pois eu dou trabalho aí a duas ou três máquinas e é sem compromisso, os outros lavradores que dêem trabalho às outras máquinas». Eu digo assim: «os outros lavradores trazem a terra explorada, concerteza não vão lá meter as nossas máquinas, o sr. aqui é o que não tem cultivado nada». — «Isto é meu! Eu hoje vou-me embora para casa e domingo talvez volte cá ao Monte e vocês vêm cá e logo se vê o que se há-de fazer». Isto foi a uma sexta-feira, então a gente não pensou mais nada. Pronto sábado vamos tomar a terra e pronto. Não estivemos à espera de mais nada, a gente já o conhece há muito tempo. Primeiro eu sou mais velho que ele, trabalhei aí na campanha do avô dele, que ele ainda era galeto eu já era um homenzinho e conheço-o muito bem, melhor a ele que ele me conhece a mim, não valia estar à espera dum prenda daquelas, porque o resultado a gente já sabia qual era. Vamos lá a ver desta vez e só a pena que o povo do Vimieiro não nos somos assim puxados para a Liga. A Liga está mais atrasada do que a gente, porque ainda não tivemos uma reunião na Liga e qual foi a sugestão. Lá havia o sr. Dr. Abílio Fernandes,

deu-nos lá a ajuda. Havia outros Engs., não sei que agrónomo, pois parece-me que era isso, a gente custa a perceber as pessoas porque a gente vê-as uma vez, e essa coisa toda e nunca cedaram uma palavra, que já demos dinheiro para ajuda destas terras incultas, destas terras que a gente ocupou quando foi ao fim da coisa a gente declarou que tínhamos a massa no bolso. Ora só assim, a Liga até ficou um bocado assim coisa com a gente, porque afinal conveniência-se que a gente só comia aquilo que davam à gente. Pois há sempre aquelas alterações assim de conversas, onde um colega disse assim: — «Você e tal e coiso e não sei que mais e aí andam a passar por cima da Liga...» e a vida está assim: não é recuarmos o que vai à frente para trás rapazes, é vocês chegarem para o pé de mim. De maneira que lá continuamos nós com a mesma conversa, com a mesma vida que nós tínhamos, e recuamos aquele que tem tudo para andar para diante. Vocês só têm é chegarem-se para o pé de mim agora. Vão para diante que eu não estou a dizer só para ficarem ao pé de mim». De maneira que aquilo chegou a um acordo. Sim. Fomos então a um acordo com as pessoas. Viram e mais ou menos, com certeza, no impasse em que a gente estava. Depois dali começámos então a gente a dizer-lhes a eles.

Eles é que tinham ocupado. Eles já formaram a Liga primeiro que tudo, junto à gente e tal. Ora se a gente não tivesse isto mais ou menos em dia, documentação espanhola temos fotocópia daquilo que nós temos feito, por todo o lado, todos têm papéis desses nossos, ora o certo era que a gente não recebia os 300 contos.

APOIO DO IRA

COMB. — O IRA tem-os apoiado?

2.º Trab. — O IRA (risos) no princípio começámos a andar com o IRA de Évora. O IRA de Évora pela primeira vez que eu fui ao IRA junto daquele moço além, lá tive a pouca sorte ou a sorte, hoje já digo que era a sorte. Encontrámos o director do IRA de Lisboa. O senhor conhece-o melhor que eu...

1.º Trab. — Qual foi o caso que a gente lá foi procurar. Não pedir, dar-mos a conhecer (estamos aqui bem próximo, lá ao pé daquele monte pequenino está até a chaminé, aquilo foi toda a vida um curral para prender o gado, e não sei quantos anos não era fabricado, podia, agora, dar uma produção grande de batata), a gente foi lá dar conhecimento ao IRA — que queríamos semear um saquinho de batatas cada um, para nosso consumo. Qual foi a atitude do senhor director engenheiro? — estava a meio da casa e começa-se a chegar para mim e a dizer: «Vocês o que querem é que eu vá buscar o Caetano e o Tomás e uma concertina e um banco e que faça a multiplicação das batatas». — começa a fugir lá para longe não sei porquê nem porque não é aqui este moço foi lá buscá-lo. «Venha aqui para o pé da gente». Ora a gente há quarenta anos que andamos com medo, aquele camarada faz uma atitude daquelas é preciso coragem para não fugirmos d'ao pé deles. Dois tivemos coragem e o outro fugiu. Ora isso não é assim (risos).

1.º Trab. — Quer dizer a gente às vezes ri-se até com a miséria. O outro moço primeiro que tudo é mais novo. Nunca se viu em coisas destas, quanto mais quando o sr. Director do IRA começou «nem bumba!» Como o meu camarada já disse ele lá buscar a concertina, um estrado e o Caetano e o Tomás e «faz-se aqui folclore»; eu então fui buscá-lo: «O sr. tenha paciência, fale em palavras simples para que eu o possa compreender. Fale como eu falo». Ele lá a abalar e eu agarrei-o e disse: «Deixe-se estar aqui ao pé da gente, fale aqui que somos portugueses». Então o sobrinho do Ed assim que viu aquilo desceu escadas abaixo, já nem esperou para vir no automóvel mais a gente. Quando chegámos ao Vimieiro, já ele cá estava. Veio na carreira do Belo. Quando a gente cá chegou disse-mos-lhe assim: «Então...?» — «Ora pra' quê? ou fui pra' lá, bem me tinham avisado que isto é assim... a gente fomos presos...». — «Homem deixa que a gente pede para tu ficares à solta e somos nós presos. Vamos lá pagar a pena por isso».

2.º Trab. — Quería acabar a conversa do IRA. Afim das batatas foi a primeira vez que falamos com o IRA de Évora. Ficámos logo com má impressão do IRA. Depois fomos ao secretário do Primeiro-Ministro então-lhe o sucedido ele disse: «Vocês vão lá ao IRA de Lisboa, não sei que...». — «Não tenho vontade de pisar a casa onde o IRA faz a vida deles». Ele perguntou porquê, começámos a dizer mas ele já

tinha a informação também. «Não, IRA lá acalmou, lá estivemos conversando e a gente acabou dizendo: «Olhe que a batata é para nosso consumo». E ele dizia: «Lá para o Norte há não sei quantas toneladas de batata, e a batata agora não se consume»; «Mas ouça lá aquilo são só 10 ou 12 sacas para os não consumidores». «Não se podem semear batatas». Não escutou, pronto. Por sorte à tarde houve uma reunião no Governo Civil, pois concerteza fomos lá, somos sócios da Liga (a Liga é o organismo que se está a formar, também, para defender os interesses do pequeno e médio agricultor. E o Sindicato os interesses do assalariado agrícola). Fomos lá à reunião e depois discutimos mais coisas, onde estavam também as Forças Armadas e estes disseram: «Vamos lá a ver essa questão da batata, porque aqueles senhores vieram-nos dar conhecimento de que iam semear batata só para o consumo deles, não era para a produção do País, era para eles e para o povo do Vimieiro». Não plantámos a batata mas o culpado foi o tempo, começou a chover. Porque de qualquer das maneiras a gente sempre tinha semeado. Ele dizer que não ou dizer que sim para nós era igual.

GRUPO LEON LEVY OS TRABALHADORES OCUPAM A SEDE

Aos órgãos de Informação

As Comissões de Trabalhadores do Grupo Leon Levy, com sede em Lisboa, na Avenida Fontes Pereira de Melo, n.º 14, 16.º andar, do qual fazem parte as sociedades:

— FINALGARVE — Sociedade de Promoção Imobiliária Turística, S.A.R.L. (Capital social: Esc. 50 000 000\$00).

— PRAIA LONGA — Sociedade de Empreendimentos Turísticos e Imobiliários, S.A.R.L. (Capital social: Esc. 50 000 000\$00).

— EXPLOTEL — Companhia de Exploração de Hotéis, S.A.R.L. (Capital social: Esc. 3 000 000\$00).

— ALHOTEL — Sociedade Algarvia de Hotéis da Praia Grande, S.A.R.L. (Capital social: Esc. 50 000 000\$00).

— NELSON — Empresa Turística da Praia Redonda, Lda. (Capital social: Esc. 10 000 000\$00).

— BELAGRI — Companhia Comercial e Agrícola de Portugal, S.A.R.L. (Capital social: Esc. 3 000 000\$00).

— ALBEL — Companhia Comercial e Turística de Portugal, S.A.R.L. (Capital social: Esc. 60 000 000\$00).

— BELAGRI — Companhia Comercial e Agrícola de Portugal, S.A.R.L. (Capital social: Esc. 3 000 000\$00).

— CLUBALGARVE DE VIAGENS, S.A.R.L. (Capital social: Esc. 1 000 000\$00).

— FINDAL — Companhia Comercial e Turística de Portugal, S.A.R.L. (Capital social: Esc. 3 000 000\$00).

denunciam o seguinte:

O Grupo emprega 615 trabalhadores, parte dos quais, no último mês, não receberam já as retribuições mensais.

Em relação aos trabalhadores que neste ano de 1975 gozaram férias, não lhes foram pagos os correspondentes subsídios.

Além disso, estão em atraso pelo menos a partir de Agosto de 1974, o pagamento de quotas para o Sindicato, contribuições para a Caixa de Previdência, contribuições para o Fundo de Desemprego e encontra-se des-

falcado o Fundo de pagamento de imposto profissional, descontado aos estabelecimentos e não existente na caixa.

Accontece que todas as contribuições relativas ao exercício da actividade hoteleira não foram, igualmente, pagas, nomeadamente, o imposto de turismo, o imposto de socorro social, a contribuição industrial, a contribuição predial e algumas sisas já em relaxe.

Agrava esta situação geral a falta de pagamento a fornecedores, o não cumprimento do pagamento de letras aceites, avolumando-se, de dia para dia, a acumulação de encargos bancários.

Neste momento, não existe liquidez na Empresa que faça face a despesas inadiváveis, algumas delas referentes a necessidades vitais, tais como a alimentação dos trabalhadores.

É extremamente grave o não cumprimento das obrigações em relação aos compradores de apartamentos com contratos de arrendamento, que, iludidos na sua boa fé, não investiram as suas poupanças e se vêem, neste momento, delas espoliados.

A situação passiva do Grupo, em relação ao pagamento das empreitadas de construção, avoluma-se neste momento e toma aspectos dramáticos.

O não pagamento a técnicos portugueses de honorários, relativos a pareceres e projectos técnicos, já há muito vencidos, mais escurece a situação.

A situação actual só é possível porque ao longo da sua actividade, o Grupo realizou muitas exportações ilegais, temporárias ou permanentes, de capital, no valor de Esc. 30 000 000\$00 a 60 000 000\$00, facto que as Comissões de Trabalhadores podem, desde já, provar.

Nesta conformidade, os trabalhadores resolveram ocupar as instalações para garantir o emprego e a continuação da laboração do Grupo até solução do impasse.

Informa-se que as unidades Hotel Algarve, Vilalara, Aldeia do Mar, Clubalgarve e Sede do Grupo funcionam normalmente.

Comissão de Trabalhadores Federação dos Sindicatos da Indústria Hoteleira

NO PRÓXIMO NÚMERO ENTREVISTA COM OS TRABALHADORES

De maneira que o sr. presidente do IRA lá acalmou, lá estivemos conversando e a gente acabou dizendo: «Olhe que a batata é para nosso consumo». E ele dizia: «Lá para o Norte há não sei quantas toneladas de batata, e a batata agora não se consume»; «Mas ouça lá aquilo são só 10 ou 12 sacas para os não consumidores». «Não se podem semear batatas». Não escutou, pronto. Por sorte à tarde houve uma reunião no Governo Civil, pois concerteza fomos lá, somos sócios da Liga (a Liga é o organismo que se está a formar, também, para defender os interesses do pequeno e médio agricultor. E o Sindicato os interesses do assalariado agrícola). Fomos lá à reunião e depois discutimos mais coisas, onde estavam também as Forças Armadas e estes disseram: «Vamos lá a ver essa questão da batata, porque aqueles senhores vieram-nos dar conhecimento de que iam semear batata só para o consumo deles, não era para a produção do País, era para eles e para o povo do Vimieiro». Não plantámos a batata mas o culpado foi o tempo, começou a chover. Porque de qualquer das maneiras a gente sempre tinha semeado. Ele dizer que não ou dizer que sim para nós era igual.

1.º Trab. — Quinta-feira, quando fomos ao IRA de Lisboa para trazermos o dinheiro que emprestaram, lá o Dr. Sitima disse à gente: «Vocês, é um favor que lhes peço, eles (n.º. IRA de Évora) são bons moços, mas claro antes de se dar o 25 de Abril já lá estavam, nós temos falta de técnicos, peço a vocês, a todos os da Liga que tentem conversar com eles a ver se aquilo se vai recuperando. Porque vocês podiam-nos sanear, a LIGA podia sanear-lhes e depois, onde é que vamos buscar pessoas para lá? Faça um apelo para vocês conversarem com eles da melhor maneira que possa ser para os irem recuperando, pois eles já viram que se deu o 11 de Março e creio que eles já não têm as mesmas atitudes que tinham» e continuou «Já foram avisados para fazerem um plano de exploração». Resta a gente identificar o nome do engenheiro que fez esse plano de exploração aqui de Évora. Ali, no Monte da Ermiada há um ano deixaram a vaca morta lá dentro. As portas estavam abertas, aquela vaca entrou lá para dentro, quando foi a virar-se bateu com a cabeça na porta, fechou-se. Pronto. Quando deram por ela estava morta.

2.º Trab. — Quería acabar a conversa do IRA. Afim das batatas foi a primeira vez que falamos com o IRA de Évora. Ficámos logo com má impressão do IRA. Depois fomos ao secretário do Primeiro-Ministro então-lhe o sucedido ele disse: «Vocês vão lá ao IRA de Lisboa, não sei que...». — «Não tenho vontade de pisar a casa onde o IRA faz a vida deles». Ele perguntou porquê, começámos a dizer mas ele já

(Conclui no próximo número)

S.C.C. AS DESCOBERTAS DOS TRABALHADORES

Os trabalhadores da SCC quando desencadearam o seu processo de luta, um dos objectivos que se propuseram foi o de desmascarar todos aqueles que ao abrigo do aparelho de Estado fascista, mais e melhor exploraram e reprimiram as classes trabalhadoras.

As pesquisas desenvolvidas pelos trabalhadores da SCC levaram-nos até ao então Secretário de Estado do Tesouro e actualmente, para espanto e repúdio dos trabalhadores da SCC, Secretário de Estado do Turismo.

QUEM É O ACTUAL SECRETÁRIO DE ESTADO DO TURISMO?

Alves Conde, actual Secretário de Estado do Turismo, homem de confiança da alta finança (ex-administrador da Siderurgia e da Cuca) é um dos pontos de lança do grande capital introduzido no 1.º Governo Provisório pelo ex-general Spínola, como Secretário de Estado do Tesouro.

Que fazia este senhor na Secretaria de Estado do Tesouro, se através de relatório encontrado pelos trabalhadores da SCC, era especialista, de compadrio com um senhor que dá pelo nome de João Pedro Homem de Mello, em aconselhar as Companhias Cervejeiras a investir no Brasil e a desinvestir em Portugal?

Nesse relatório faz apreciações de ordem política ao actual governo brasileiro que considera sendo um regimen que se pode considerar como uma ditadura equilibrada, deservolve uma política centrada. É com base nesta «estabilidade política» que aconselha o investimento no Brasil, o qual «através de uma pura especulação de Bolsas», «prejuízos fictícios», se torna altamente rentável. (Para onde foram os lucros?). E ainda a sua «diversificação geográfica conduz indiscutivelmente a uma diminuição de riscos políticos». (1)

Como se pode «defender a economia nacional» e aconselhar a investir no estrangeiro e desinvestir em Portugal?

Como se pode trabalhar com o Sr. Manuel Vinhas, que ainda em 1973 aproveitava conversas com o Governador-Geral de Angola, Eng. Santos e Castro, dando seguidamente instruções ao Dr. Alves Conde no sentido de falsear os balanços da «CUCA e de todas as associadas», e fazer parte do 4.º Governo Provisório como Secretário de Estado do Turismo?

Como se pode apoiar um Governo fascista militar, como o do Brasil, e fazer parte de um Governo progressista em Portugal?

PARA QUEM TRABALHA O DR. ALVES CONDE

O Dr. Alves Conde era um dos homens de confiança do Sr. Caetano Beirão da Veiga e dos irmãos Vinhas, que mantinham relações com a ex-Pide/DGS através do

sinistro Barbieri Cardoso, agora a morte.

Foi Beirão da Veiga quem fundou a firma Cocase, organizada pelo coronel Hermes de Oliveira, cuja finalidade era aconselhar o patronato a combater a «subversão» e tinha um raio de acção extensivo às colónias, principalmente Angola.

A escolha do coronel Hermes de Oliveira deve-se ao seu «profundo conhecimento» sobre Africa e problemas de contra-«subversão» de que deu várias conferências, inclusive em países sul-americanos.

Por seu lado Manuel Vinhas, tal como Hermes de Oliveira, estava bem relacionado com um tal Waring, pessoa afecta aos meios de recrutamento de mercenários.

De entre as «boas relações» que estes senhores mantinham com o regime anterior sobressaem as cordiais relações com o ex-governador de Angola, Santos e Castro, cujo irmão, o tenente-coronel Santos e Castro dos Comandos, está ligado ao ELP — organizado em Espanha — e foi recrutado na Africa do Sul onde recruta e treina mercenários para uma possível intervenção em Angola.

Estes senhores «ausentaram-se» para Espanha (Manuel Vinhas desde 3 de Outubro, alternado com o Brasil, Mário Vinhas e Caetano Beirão da Veiga desde principio de Fevereiro).

Manuel Vinhas (& C.ª) apoiava com firmeza o ex-general Spínola como Presidente da República e depositava todas as suas esperanças no governo de Palma Carlos para a «construção de uma Africa nova», conforme expressou em telex que lhes dirigiu, fazendo votos para que «Palma Carlos saísse como o homem forte do futuro regime».

Em Maio de 1974 dirigia felicitações ao ex-Presidente Spínola afirmando «a grande maioria por enquanto quase silenciosa espera da indiscutível coragem de Vossa Excelência a firmeza da manutenção dos principios que permitirão um Portugal democrático e a construção de uma Africa nova».

Imediatamente a seguir ao 28 de Setembro Manuel Vinhas mandou documentos pessoais arquivados na Cuca e nas vésperas anunciou «um banho de sangue».

Ainda durante o mês de Fevereiro foi entregue em Massamá uma carta de Manuel Vinhas ao ex-general Spínola. Dadas as suas relações de longa data, que convivências com o 11 de Março...

ERAM AINDA DA CONFIANÇA DO CAETANO BEIRÃO DA VEIGA E DOS VINHAS INDIVIDUOS RELACIONADOS COM RECRUTAMENTO DE MERCENARIOS

Nas relações destes senhores destacam-se o conhecido João Moreira, responsável pela firma Inforang e Neográfica («Noticias de Angolan») associadas da Cuca, preso em Novembro de 1974 pelo Copcon por estar implicado em compra de armas e contratação de mercenários; João Cardoso, implicado no caso da morte de miss Malange e que fugiu para a Africa

do Sul onde consta que se dedica ao recrutamento de mercenários; João Fernandes, último director do «Noticia», expulso recentemente de Angola por se dedicar a actividades contra-revolucionárias ao serviço do imperialismo.

DEFESA DO NEOCOLONIALISMO E UTILIZAÇÃO DOS MEIOS DE INFORMAÇÃO PELO CAPITALISMO NACIONAL E INTERNACIONAL

Alguns órgãos de informação angolanos, nomeadamente o «Noticia» e o «Comércio», pertença do grupo Vinhas, constituíram veiculos de propaganda dos ideais neocolonialistas, e eram directamente orientados de Lisboa.

Este facto comprova-se através da leitura de telex's enviados por Manuel Vinhas ao João Fernandes do «Noticia». Reprovavam a maneira como as autoridades portuguesas tratavam os representantes dos movimentos de Libertação Nacional (como chefes vitoriosos) e apoiavam e impulsivavam os partidos fantoches, como a União Nacionalista Angolana, chegando a aconselhar o «Noticia» e o «Comércio» a entrevistar o seu «deadend», Argelino Alberto, que tinham na conta de «pessoa que está desejando percorrer um caminho do maior interesse».

E QUAL ERA O CAMINHO DO MAIOR INTERESSE?

Em 30 de Maio Manuel Vinhas envia um telex a um administrador da Cuca em Luanda dizendo «está sendo exercida maior pressão sobre Chefe de Estado quanto à independência da Guiné, o que a efectivizar-se criaria um precedente fatal relativamente a Angola e Moçambique». Manuel Vinhas explica ainda que está a fazer pressão contrária mas que é indispensável que associações económicas tomem «posição pedindo obediência a principios formulados em Portugal e o Futuro». (...)

Sobre este mesmo dia envia telex no mesmo dia a João Fernandes para que a opinião pública fosse alertada e reagisse com o maior vigor e de «forma a ser ouvida em Lisboa e sem demora». O que de facto aconteceu, de acordo com as notícias insertas nos quotidianos em Lisboa.

QUEM NOMEAVA OS GOVERNADORES DE ANGOLA

Noutros telex's dirigidos a Luanda Manuel Vinhas transmite a posição do general Spínola de que «não haverá abdicções, especialmente no que diz respeito a Angola», e afirma ter despendido em Lisboa «grande actividade assuntos Angola nomeadamente indicação nome general Silvino Silvério Marques e obtenção de garantias ao mais alto nível de que negociações de cessar fogo serão apenas isso».

E ERA COM ESTES SENHORES QUE O DR. ALVES CONDE SE ENTENDIA...

8-4-75
As Comissões de Trabalhadores de Vialonga, Sede, Coimbra e Trindade



PLATAFORMA

(Continuação da pag. 1)

Em Portugal o aborto é regulamentado pelo art. 358 do Código Penal que o considera um crime punível de dois a oito anos de prisão maior. O porquê da existência desta legislação repressiva, antidemocrática, discriminatória e hipócrita é justificado pelos acérrimos defensores da ordem moral caduca da burguesia, pelo «direito à vida» e «salvaguarda da degeneração dos costumes». Estes «moralistas» permanecem, no entanto, indiferentes perante a guerra, a fome, a morte de mulheres por aborto clandestino, a alta taxa de mortalidade infantil por falta de assistência e alimentação deficiente, e os crimes de violação e estupro tão habituais em Portugal.

LIBERDADE DE ABORTAR LIBERDADE DE SER MÃE

Porque defendemos o direito de todas as mulheres escolherem ou não a maternidade — EXIGIMOS O ABORTO E CONTRACEPÇÃO LIVRES.

Porque as classes sociais sofrem de maneira diferente a legislação repressiva sobre o aborto, pois que as condições económicas sociais são factores determinantes quando se fala da liberdade de abortar (boas clínicas, médicos e parteira para as burguesas, agulhas de croché para as operárias ou mulheres de operários e camponeses) — EXIGIMOS ABORTO E CONTRACEPÇÃO GRATUITOS.

Porque uma verdadeira contracepção não pode ser feita sem que haja para toda a população uma informação correcta sobre este tema — EXIGIMOS CENTROS DE INFORMAÇÃO E DIFUSÃO DE CONTRACEPTIVOS NOS BAIRROS, FABRICAS, ZONAS RURAIS E ESCOLAS.

Porque o direito ao aborto e à maternidade se insere na conquista de uma sexualidade livremente assumida — EXIGIMOS UMA INFORMAÇÃO SEXUAL OBJECTIVA LIVRE DE TODOS OS CONCEITOS PSEUDO-MORALISTAS DESDE O ENSINO PRE-PRIMARIO.

Porque a reivindicação do aborto livre e gratuito, pressupõe a existência de meios eficazes a que as mulheres possam recorrer — EXIGIMOS O ABORTO FEITO NAS INSTITUIÇÕES HOSPITALARES EM BOAS CONDIÇÕES TÉCNICAS E DE ASSISTÊNCIA.

Porque o aborto, a contracepção e a maternidade não são, no seu conjunto, problemas que possam ser resolvidos individualmente; mas sim problemas que reflectem a organização de toda a sociedade, e que dizem respeito não só às mulheres mas ao conjunto de todos os trabalhadores que sofrem as condições de exploração e opressão — FAZEMOS UM APELO A TODAS AS ORGANIZAÇÕES QUE SE RECLAMAM DEFENSORAS DOS TRABALHADORES E PORTADORAS DE UMA NOVA SOCIEDADE ONDE NÃO EXISTA A EXPLORAÇÃO DO HOMEM PELO HOMEM, PARA QUE APOIEM A NOSSA LUTA.

ABOLIÇÃO IMEDIATA DA LEI VIGENTE.
NÃO AO ABORTO UNICAMENTE TERAPEUTICO OU DECIDIDO POR JUNTAS MEDICAS.
ABORTO E CONTRACEPÇÃO LIVRES E GRATUITOS.

NOVAS MANOBRAS PATRONAIS NA MARKIMAGE-PLANIGRAMA

(Comunicado à Imprensa — 29/3/75)

Cresce o repúdio contra a destituição do camarada Delegado Sindical da Markimage, manobra que o patronato daquela agência publicitária esforçava-se por concretizar há mais de três meses. Delegados sindicais e outros trabalhadores do sector, bem como militantes revolucionários de diversas tendências têm feito chegar diariamente, ao SPEDL, telegramas cuja tónica é a exortação a que o Sindicato reconsidere o seu parecer sobre a destituição, anulando-a. Porque todos sabemos que a destituição do cargo de delegado sindical significa a ante-sala do segundo despedimento do camarada em questão: sem a imunidade sindical que o fez voltar ao cargo de redactor, o nosso camarada fica totalmente exposto ao ódio revanchista do patronato.

Além disso, se completasse seis meses como delegado sindical em exercício — no dia 1.º de Maio —, a Lei que está para ser assinada protegê-lo-ia durante cinco anos. Por isso, quando na Markimage o Delegado Sindical apresentou um projecto de redução do leque de salários, começou, da parte dos patrões, uma contagem regressiva — que lhes dava o exíguo prazo de dez semanas para, dentro deste prazo, atingir o seu objectivo de classe, um objectivo de classe exploradora.

É o patronato que conseguiu vencer-nos com um golpe baixo no 4.º «round» do combate em dez assaltos, aproveitando-se de que o juiz olhava preguiçosamente para outro lado e nem reparou no golpe baixo... Pena é que o «cochilho» do juiz (um director do SPEDL) significou entregar em bandeja — ao inimigo de classe, o patrão — a cabeça de um combatente revolucionário — exposto, agora, a um «complot» que na Markimage é patrocinado e que envolveria até mesmo (por informações que nos chegam de fontes as mais responsáveis) a sordida e cruel «aspiração» de que o nosso camarada Delegado Sindical fosse deportado ou para o Chile ou para o Brasil, para que os esbirros do fascismo pudessem torturá-lo e dar-lhe morte.

Mas estamos seguros de que à força dos patrões saberemos opor, cada vez com o punho mais firme e sempre ao ataque, saberemos opor e impor a força dos trabalhadores, a força de combate dos nossos!

SOUSA ABREU AUTOGESTÃO

(Continua da pag. 8)

A — E há dois anos fez esta fábrica em Moreira de Cónegos. Quando levou para lá diversas máquinas da outra fábrica, de Vilarinho, e trouxe de outros os teares automáticos, uma urdideira, um tinto automático, uma caldeira a nafta, investiu lá milhares de contos.

COMB — E esta fábrica ainda não estava paga?

A — Esta fábrica aqui, comprou o maquinário por 1700 contos a pagar em 10 anos, e nesses 10 anos só pagou

710 contos. Por isso ficou a dever de mais de 1000 contos.

COMB. — No principio houve essa dificuldade de obter matéria prima e, por outro lado, de arranjar clientes fixos. Nessa altura tiveram algum apoio de operários aqui da zona?

A — Tivemos. Logo no principio tivemos o apoio daquilo dos operários da fábrica do Arquinho, que contribuíram logo na primeira semana em que estivessem parados, com dois mil e cem escudos, que foram distribuídos por sete operárias que se julgou na altura serem os mais necessitados. Foram contempladas com trezentos escudos cada uma. Na semana seguinte entregaram mais setecentos escudos. Depois tivemos dinheiro do pedtório no Sindicato, numa reunião do Sindicato, 3520500. A empresa de malhas contribuiu também com 5077550. Da fábrica de tecidos de Vila Pouca, 4630500. Da

textil Manuel Gonçalves, 7110500; da fábrica de calçado Campeão Português, 10 052500; José de Castro Jordão e Associados, 800500, que totaliza 312105. A que trabalha na sociedade Mercantil do Minho, ofereceu um dia de trabalho, aquele domingo, ela ofereceu para a Sousaabreu. Entregou por intermédio do sindicato, disse para eu ir levá-lo ao Sindicato porque não queria que se entregasse aqui directamente.

Este dinheiro, 3520500 e 5077500 e estas dádivas foram entregues no Sindicato e totalizou 31210500; embora este dinheiro fosse entregue no Sindicato, foi a meu pedido, por umas listas que eu consegui entregar em diversas casas — do Campeão Português, este José de Castro, etc., todas estas coisas foram pedidas por mim, mas eu pedi para entregarem no Sindicato dos Texteis.

(Segue no próximo número)

MESA REDONDA

(Continuação da pag. 2)

ordens de trabalho divulgadas anteriormente com um prazo mínimo de antecedência, o que permitia de facto aos delegados que fossem representativos uma consulta efectiva das bases, tal que em realizações concretas nos permitiu que em espaços de menos de 48 horas convocar uma manifestação contra um decreto de saneamento e termos nessa manifestação 4000 trabalhadores. Por outro lado, cabe acrescentar que as perspectivas de actuação são de facto bastante diferentes na CML dos outros sectores da função pública. Nós vamos desde técnicos e burocratas até trabalhadores de tipo rural, como por exemplo os jardineiros que são cerca de 2000! até operários fabricis, metalomecânicos, até nos trabalhadores da central leiteira e do centro de ovos. Neste momento a dificuldade principal é montar um esquema de troca de informações entre os trabalhadores. Acrescer a isto é a diversidade de horários, pois há trabalhadores da CML que trabalham por turnos; há serviços na CML, que trabalham ininterruptamente como é o caso da central leiteira. As dificuldades principais com que nos debatemos são precisamente estas, porque, embora, o saldo das realizações concretas não tenha sido muito positivo, a actuação até agora foi principalmente dirigida a uma elevação do nível de consciência dos trabalhadores da CML. A organização na CML partiu de um grupo restrito de pessoas e houve que dinamizar a actividade em todos os serviços, através de reuniões intensivas junto desses trabalhadores. Essa foi a actividade principal que até agora foi desenvolvida.

Neste momento parece-me que há condições objectivas para desenvolver uma luta consequente e de forma correcta. Quanto às necessidades de Delegados

TRABALHADORES CONTRA O DESEMPREGO NA «ORNITEX» V. Nova de Famalicão

Em Outubro de 1974 a firma ORNITEX, LDA., «Organização Técnica de Exportação», com sede no Porto e fábrica em V. N. de Famalicão, devido à sua péssima situação financeira viu-se na necessidade de se entregar em tribunal, tentando uma possível solução de acordo com os credores. Na reunião de credores realizada no Palácio da Justiça do Porto, em 29-1-75, o delegado do Ministério

Público, apresentou uma carta vinda do Fundo de Fomento de Exportação, através do Ministério das Finanças e Economia, em que pedia o adiamento da reunião de credores sine die, até que fosse instaurado um inquérito à situação financeira da empresa com vista a ser concedido um empréstimo do Estado ou até a possível nacionalização da ORNITEX.

A partir desta data e aguardando a resolução do problema pelo Governo, os trabalhadores tudo têm feito para manterem uma luta de sobrevivência procurando vender os stocks existentes e procurando angariar confecção de mercadorias em regime de mão-de-obra a feito — cobertores, lençóis, artigos de vestuário, etc. Tem sido uma luta sem o auxílio de ninguém, inclusive do próprio sindicato têxtil, que apesar de saber a nossa situação, não tem procurado

ajudar-nos dentro das suas possibilidades e conhecimentos.

Verificando-se presentemente uma dificuldade enorme na venda dos stocks (toda a nossa produção ia para a exportação o que fazia com que não tivéssemos clientes no País) lançamos um apelo à solidariedade e união de todos os trabalhadores no sentido de nos apoiarem nas vendas (criando postos de venda ou ajudarem-nos a vender), na angariação de encomendas (arranjarem encomendas de fatos macacos, camisas ou outros artigos nas fábricas onde trabalham) ou comprando-nos directamente ou nos postos de venda os nossos produtos.

Procuraremos assim divulgar a nossa gama de mercadorias para possíveis consultas de futuros clientes e também para que todos os camaradas nossos de outras fábricas possam conhecer o nosso

processo de luta e através da sua discussão aumentem a sua experiência de luta contra a exploração capitalista.

Pela sobrevivência e contra o possível desemprego de 200 trabalhadores, temos de lutar até ao fim. Manter-nos-emos unidos para vencer todas as contrariedades, aguardando que o Governo resolva a nossa situação, nacionalizando a fábrica.

NACIONALIZAÇÃO IMEDIATA DA FABRICA!

CONTRA OS DESPEDIAMENTOS! ABAIXO A EXPLORAÇÃO CAPITALISTA!

A CLASSE OPERARIA VENCERÁ!

V. N. de Famalicão, 28 de Março de 1975.

OS TRABALHADORES DA ORNITEX

organizativo do movimento sindical dos trabalhadores da função pública e não é por acaso que os nossos colegas da CML referem pois todo um conjunto de actividades sindicais que têm uma expressão muito rigorosa no contexto da CML. Isto quer dizer que é fundamental para a consolidação do movimento sindical da função pública, qualquer que venha a ser a sua definição acabada, é fundamental que esta organização se desenvolva à volta dos departamentos da administração pública onde os trabalhadores estão colocados porque essa é uma realidade profissional que os leva imediatamente à necessidade de organizarem, de estabelecerem a sua organização. Por isso é que existe uma organização pró sindical na CML, nos Combustíveis, no INE, que existe em qualquer outra Direcção-Geral. E porque aí os trabalhadores estão agregados sob um determinado condicionalismo

assentam numa reivindicação que é esta: a integração das suas remunerações césórias, que são relativamente privilegiadas em relação a outros departamentos, no seu vencimento fixo com a equiparação correspondente da respectiva letra na escala salarial. Não há dúvida nenhuma que esta reivindicação pode entrar em antagonismo com um processo reivindicativo à volta das tabelas salariais, porque ela defende posições que estão em antagonismo frontal com as tendências de certa e necessária igualização das remunerações conforme a igualização das próprias tarefas. Isto é só para dizer que se a unidade não tiver em conta certa personalidade, mas sem que esta personalidade própria dos departamentos e sem que a unidade permita mesmo a integração dessas particularidades podemos cair na criação de pequenos sindicatos departamentais que vão impedir a formação unitária do mo-

PROPOSTA

Considerando que:

1— Todo o processo de Organização Pró-Sindical tem sido conduzido sem estarem reunidas condições de democraticidade no funcionamento das Assembleias Intermunicipais de Delegados.

2— É necessário e urgente definir essas condições a fim de que as decisões tomadas naquelas Assembleias possam ser aceites com toda a credibilidade, com vontade expressa da maioria, por todos os T. F. P.

3— Se deve cumprir o princípio da democraticidade definido como — um trabalhador, um voto — e que este princípio deverá ser respeitado a todos os níveis de decisão.

Exige-se:

Que a Comissão Directiva Provisória apresente no prazo máximo de 15 dias o recenseamento dos T. F. P., que defina a Região de Lisboa e qual o nível departamental que deverá ser exigido às delegações dos T. F. P. a serem aceites nas Assembleias de Delegados.

Propõe-se:

A — Que as votações se processem do seguinte modo:

A.1 — Propostas votadas nos locais de trabalho. Os resultados numéricos das votações nos locais de trabalho deverão ser presentes nas Assembleias de Delegados para que, do seu somatório, se apure a posição dos T. F. P. face às propostas.

A.2 — Propostas submetidas a votação à Assembleia de Delegados. Cada Delegação terá direito a 1 voto por cada 10 trabalhadores representados.

Entende-se que estas votações dizem respeito a propostas de natureza processual de funcionamento das Assembleias.

B — Que não se processe nenhuma votação nas Assembleias de Delegados sem serem resolvidos os pontos anteriores.

C — Que, com base nas premissas anteriores, seja revisto todo o processo organizativo já criado.

Proposta aprovada na especialidade, por unanimidade na Assembleia Geral de trabalhadores da D. G. C., no dia 20 de Março de 1975.

DIRECÇÃO-GERAL DOS COMBUSTÍVEIS

no LNEC, nós estivemos presentes nalgumas e resolvemos, de momento, alhear-nos desse problema atendendo a todas as condições concretas e às dificuldades que temos no nosso organismo. Há factores que determinam bastantes dificuldades e como tal, resolvemos alhear-nos um pouco daquilo que se passa no LNEC.

Resta acrescentar que falta conjugar-mos a nossa actuação com a de todas as outras câmaras do País, pelo menos a nível de troca de impressões, da discussão dos problemas, e regularmente funcionam para aí com uns 300 delegados de quase todas as Câmaras do País.

TRAB. B (DGCI) — Agora talvez seja a oportunidade, na medida em que ultimamente temos feito referência ao processo do LNEC e os problemas que com ele estão relacionados, inclusivamente o nosso camarada dos Combustíveis referiu, portanto, a proposta que nos Combustíveis foi aprovada perante esse processo parece-me que, talvez seja oportuno pôr uma interrogação sobre todo o problema do sindicalismo da função pública que resulta do processo do LNEC. Pois, não há dúvida nenhuma, todos dissemos de uma maneira ou de outra, que o processo do LNEC conduz a uma organização cupulista do movimento sindical da função pública. Mas o que significa esta organização cupulista na prática? Significa, por um lado, a implantação de uma direcção cupulista, uma direcção que quer comandar abstraindo-se da vontade e da palavra dos trabalhadores, utilizando todos os processos para substituir à vontade dos trabalhadores. Este é um aspecto, mas será mais do que isso. É que implantar uma organização sindical sem ter em conta as realidades do desenvolvimento

que exige a sua aglutinação e a sua organização pró-sindical. Portanto, abstrair desta realidade parece, efectivamente, um jogo de pura feitiçaria sindical que naturalmente proporciona a utilização dessa feitiçaria na manipulação dos trabalhadores por parte dos órgãos que se instalam à custa dessa mesma feitiçaria. Por isso mesmo é que entendemos que neste momento há condições para definir o tipo de organização sindical que pode servir os interesses dos trabalhadores da função pública. Naturalmente há-de ser um tipo de organização que evite qualquer sindicalismo horizontal no sentido de sindicalizarem, por exemplo, para exemplificar, os CML sindicalizarem os engenheiros, os varredores, etc., etc. Portanto, há-de ser um tipo de sindicalização que integre verticalmente todos os trabalhadores; há-de ser um tipo de organização que não abstraia da personalidade profissional dos trabalhadores no seu próprio departamento porque isso é um erro, porque os trabalhadores de cada departamento têm perspectivas de luta diferentes que não podem neste momento abstrair-se, porque só elas constituirão a universalidade da luta dos trabalhadores da função pública. E não pode haver unidade onde as contradições que há em todas as unidades, as contradições forem factor de antagonismo e que possibilitem a própria unidade. Ora, se estas particularidades não forem definidas e personalizadas podemos cair efectivamente num tal jogo onde as contradições dos elementos parcelares da unidade global dos trabalhadores da função pública se transformam em antagonismo. Por exemplo, nos Impostos surgiu uma reivindicação maluca; determinados trabalhadores de uma repartição de Lisboa

vimento sindical da função pública.

Parece-me que neste momento é fundamental o desenvolvimento progressivo da organização existente porque só isso permitirá efectivamente evitar o seccionismo do movimento sindical e, portanto, poderá proporcionar o movimento unitário organizativo que é fundamental; por outro lado, há um aspecto que também aqui foi focado e que me parece bastante importante, que é o da participação das massas e assembleias. O que significam as Assembleias em tempos de participação democrática das massas? As assembleias a que tenho assistido permitem-me supor que muitas vezes as assembleias procuram ser o único processo de participação democrática das massas trabalhadoras na discussão dos seus próprios problemas. Sendo assim resultam duas coisas: a incapacidade, ou a inconsciência perante as próprias assembleias e perante a discussão dos problemas; por outro lado, é a própria mistificação da participação democrática, porque no fim de comat a participação democrática acaba por se definir em aspectos qualitativos de eleição, ou de votação. E isto não pode ser o factor essencial da participação democrática; isto poderá ser a qualificação do processo democrático Ora, parece-me que a participação democrática exige uma permanente discussão dos problemas no seio dos trabalhadores, no seio dos locais de trabalho e que as assembleias deverão ser, por assim dizer, como que uma quota desse processo democrático onde é possível quantificar, em termos de votação, todo um processo anterior de discussão, porque só quantificando sabemos qual é a posição maioritária dos trabalhadores à volta dos problemas.

APELO 500 ASSINATURAS

A situação económica do «Combate» encontra-se neste momento extremamente difícil: precisamos, em 15 dias, de 20 mil escudos para podermos continuar a publicá-lo. Sem isso, o «Combate» não poderá continuar a sair regularmente.

Fazemos pois um apelo urgente a todos os camaradas, leitores e distribuidores do jornal, para que procurem obter assinaturas do «Combate»: são precisas pelo menos 500.

Outras formas de apoio são também possíveis e desejáveis.

Camaradas: a existência do «Combate» está nas vossas mãos.

Correspondam ao nosso apelo!

QUERIA ASSINAR O COMBATE DESDE O N.º

1 ano (26 números) — 60\$00; 6 meses (13 números) — 30\$00; apoio (anual) — 120\$00 mínimo
Europa (1 ano — 151\$00); USA (1 ano 190\$00); Angola (1 ano — 177\$00).

QUERIA VENDER O COMBATE

Junto envio \$.....

(Todos os cheques e vales devem ser enviados em nome da directora)

COMBATE

AVENIDA SANTOS DUMONT, 48, R/C.-D. LISBOA - 4

Nome

Morada

Profissão

(ENVIAMOS OS NUMEROS ANTERIORES A QUEM OS SOLICITAR)

COLEGAS,

Tem-se falado muito de divisão, e agora mais do que nunca, depois da saída activa dos membros da Comissão de Trabalhadores dos sectores Administrativos, Sociais e Movimento. Porém, se na verdade, esta separação não foi vista com bons olhos, pelos outros sectores, talvez tenha sido a melhor maneira de pôr cobro a uma luta cada vez mais emocional e que, mesmo por isso, em nada beneficia os Trabalhadores.

Mas, antes de proseguirmos, gostaríamos de frisar, que antes de estes trabalhadores poderem ter a sua opinião sobre a separação da Comissão, foram alertados pelos seus delegados de que a luta não interessava, e que por isso iriam pedir a sua demissão. Compete-nos ainda dizer que não havia ninguém interessado em fazer parte duma Comissão, em que os Vendedores estavam numa luta, que só a eles interessava, nos arrastavam nela, na medida em que os nossos membros tinham de se mostrar solidários com as decisões dos restantes membros da Comissão, que, por acaso, são os Vendedores e Supervisores.

Em face desta situação, imediatamente os Trabalhadores dos sectores mencionados aderiram a esta solução, visto todos acharem ser a melhor. Claro está que desta decisão não serve os Vendedores e mais propriamente os seus Chefes.

No entanto, esta unidade de Vendedores + Chefes intriga-nos bastante, e vejamos porque:

Muito antes do 25 de Abril, os Vendedores revoltaram-se contra os seus Chefes de Vendas e Supervisores por estes viverem à sua custa. Em plenário com o Director dos Serviços de Pessoal, após o 25 de Abril, pediram os Vendedores uma reunião com este Senhor e um administrador, mas sem a presença dos seus Chefes, porque diziam estarem fartos de serem por eles explorados, e querem falar à vontade.

E o que é que os Vendedores alegavam? Aquilo que há muito tempo se vinha verificando: que o trabalho dos Chefes era só saber quantas caixas é que os vendedores tinham vendido. Mais... enganando-os afirmavam que quando mais vendessem, maior seria a Comissão. Somente não diziam que por esse processo as suas próprias COMISSÕES aumentam igualmente.

Nunca estes senhores perceberam se esse aumento de Comissões compensava as horas que não estavam com as vossas Famílias, os filhos que nem sequer chegavam a casa e a ansiedade de ver os vossos Filhos e o desgaste físico motivado pelo reduzido número de horas de descanso.

Nunca eles vos disseram, que tendo vocês um ordenado fixo e trabalhando apenas as horas de trabalho normais, isso iria dar oportunidade, não só ao vosso descanso como ao aumento da frota de vendas com o consequente aumento de postos de trabalho. Cremos não valer a pena lembrar o número de desemprego existente no nosso país cujos principais culpados são aqueles que vocês defendem.

Depois disto, uma pergunta se impõe: Será que os Chefes já não exploram os Vendedores? Não acreditamos!

Ou será que os Vendedores depois disto estão cegos e querem continuar a ser manobrados por esses exploradores que os querem escravizar cada vez mais, subornando-os com as malditas Comissões?

Outras perguntas nos surgem: O que fazem os Supervisores e Adjuntos? Serão eles realmente necessários? Deixariam os Vendedores de vender cerveja, se aqueles postos de Trabalho deixassem de existir? E para que são necessários 3 Chefes de Vendas, onde 1 deles é Chefe dum produto como a Carlsberg que só tem dado prejuízo à Empresa? Porque não a criação de Postos de Trabalho onde essas pessoas tenham de trabalhar, mas trabalhar a valer e não a ver trabalhar? Talvez que até os incompetentes consigam arranjar um trabalho (mas sempre trabalho) onde não se dê tanto pela sua incompetência.

Colegas de Trabalho já chega de vos serem os pés em cima do pescoço. Se queeis uma vida melhor para todos, correi com esses parasitas que não fazem nada e que vivem à vossa custa.

Se há divisão entre os Trabalhadores, eles é que a estão a fazer, porque pretendem manobrá-los para segurarem o «TACHO», vivendo à vossa custa.

Os Trabalhadores de outros sectores, como todas as outras classes de Trabalhadores, não vivem à custa de ninguém, ganham o seu ordenado trabalhando.

Claro está que nem todos podem ser Vendedores, Pedreiros, Motoristas, Serventes, etc., porque nem todos podem fazer o mesmo. O que não há é o direito de viver à custa dos Outros explorando-os.

E preciso que todos se unam sem distinção de classes, mas só trabalhadores, para combater os parasitas que nada fazem e vos impõem mais horas de trabalho. As horas de trabalho normal chegam para qualquer funcionário, e se o trabalho não pode ser feito no horário normal, então que admitam mais pessoal.

Não pode haver igualdade numa sociedade corrompida. Há que desmascarar aqueles que nada fazem, pois só assim é possível construir uma sociedade onde todos têm o seu lugar num Portugal NOVO, onde os direitos do povo serão a luz viva dum Portugal renovado, de Consciência pura, sem arrependimentos, sem traições nem egoísmos.

Nestas palavras não há partidários há sim a convicção da verdade que começa a entrar no coração de todos os Portugueses que caminham para a Liberdade.

TRABALHADORES DA SOCIEDADE CENTRAL DE CERVEJAS ENTREPOSTOS N.º 1 E 2

MAS HÁ MAIS!

Atentemos na orquestração do Plenário no Sacavense em que o maestro só lhe faltava a batuta para reger a orquestra.

A forma como fomos agrupados e manobrados a belo prazer da classe parasitária e por esta mesma classe.

A maneira subtil que estes senhores têm de nos levar a nós trabalhadores, a defender os interesses deles.

É ALTURA DE NÓS DIZERMOS BASTA!

A luta é dos explorados contra os exploradores. Porque há então divisionismo entre os explorados? Porque isso convém a alguém que tem posições de favoritismo a defender!

Quando estes senhores nos disserem que ganhamos mais do que a grande maioria dos portugueses responderemos que para isso trabalhamos, o que não acontece com eles!!!

Aproveitemos a altura para lhes perguntar o que é que está organizado para quando tivermos 50 anos ou menos, e por isso mesmo, e só por isso, não aguentarmos o ritmo de trabalho.

E quando tivermos um acidente que nos impeça de continuar em Vendedor o que é que vamos fazer, e em que condições.

Para eles não haverá problemas com certeza, pois não têm que palmilhar dezenas de Kms. por dia, com grades às costas e o degaste físico motivado pelo reduzido número de horas de descanso.

Para eles nunca haverá problemas de qualquer natureza, porque quando nós não pudermos executar o nosso trabalho a seu contento, seremos por eles arrumados na prateleira, e outros escravos estarão dispostos a substituir-nos para que eles continuem a encher a pança, enquanto que para nós terão acabado as Comissões, as horas extraordinárias, etc.

Atentai nisto tudo, Colegas! Pensem bem no sossego das vossas casas, se é que têm tempo para pensar, onde é que estes senhores nos querem levar.

Mas pensemos por nós e digamos não aos senhores que já têm todo pensado. Alerta, Colegas, que o tempo da «carniçada» já lá vai.

Hoje os trabalhadores são capazes de pensar e actuar por eles e para eles. Se houver pontos de divergência com as outras Comissões de Trabalhadores, porque não criticar aquilo que acharem mal, mas duma forma construtiva! A forma como estão a actuar os nossos representantes será a que mais nos convém?

Se não é, porque não lhes perguntamos os porquês da sua actuação?

Colegas, não nos deixemos manobrar, nem dirigir!

Os representantes são eleitos para defender os interesses dos representados e não os seus próprios pontos de vista pessoais e muito menos para serem conduzidos por terceiros!!!

Terminamos como começamos:

ATENTEMOS

- na Orquestração
- no Dirigismo
- nas Manobras Obscuras

ENTREPOSTOS N.º 1 e 2

Prior Velho, 3 de Abril de 1975

SOUSA ABREU AUTOGESTÃO

Entrevista com alguns elementos da Comissão de Trabalhadores da «Sousa Abreu» (esta entrevista relata os factos até Dezembro)

COMB. — Podiam contar tudo o que se passou desde o início da vossa luta até este momento.

A. — No dia 11 de Setembro o patrão chamou-me a mim e a outro colega e disse: «hoje é o último dia de trabalho. Vocês avistem o pessoal de que hoje é o último dia de trabalho». E nós, está claro, dissemos: «Senhor Abreu, tenha paciência mas o Senhor é que tem de avisar o pessoal. Nós não vamos avisar o pessoal de uma coisa dessas, o pessoal não se dá ao despedimento por nós. O Senhor chame o pessoal e dê-lhe a conhecer». De maneira que nós, por intermédio do Sindicato, do presidente do Sindicato, que já nos tinham dito, nós já sabíamos no dia anterior que tinham vindo cá dois agentes do Insti-

«Realmente é como vocês dizem, realmente ainda não está entregue ao tribunal». Depois foram-se embora.

Nós então, ficamos toda a noite. Depois, desde aí, isto foi numa quarta-feira, até ao domingo ficamos sempre a guardar, dia e noite, saíam uns e entravam outros. Até que depois, então, esse que tinha ido embora, o tal Ribeiro dos Santos, apareceu depois aí, passados dois dias, às duas horas da madrugada, a dizer: «Eu lá fora faço mais do que todos aqui dentro e tal... porque eu fiz isto, porque eu fiz isto, porque eu fiz isto comunicado, eu lancei isto para a rua, eu lancei aquilo, eu arranjei isto eu arranjei aquilo». — «Cale-se que você não arranjo nada, quem está a trabalhar somos nós, está a perceber? Escusa de estar a dizer mundos e fundos porque você não está em condições de falar para nós. Vá dormir, apareça amanhã de outra maneira porque dessa maneira não entra aqui dentro — ele queria entrar para dentro



tuto Nacional de Trabalho a comunicar-nos que no dia seguinte era o último dia. O presidente do Sindicato disse-nos que não consentíssemos que ele fechasse a fábrica. Se fechasse a fábrica de noite viria aqui e retiraria a obra fabricada, e que tínhamos que ocupar as instalações para não deixar ele levar a matéria-prima e a obra já fabricada.

Claro, de princípio só fui eu, de homens, ficou um rapaz, porque parte do pessoal, conforme ia acabando as telas, já ia para fora. Na altura estava aí outro colega meu, outro afinador, e claro, se a princípio estava assim um bocado ao lado, não estava bem ao lado dos operários, de maneira que, chegou a altura e foi-se embora. O pessoal da confecção, por intermédio da chefe, que estava toda do lado do patrão, é claro, e o pessoal também se foi todo embora. De maneira que fiquei só eu de homens, um rapaz e as operárias lá de baixo — meia dúzia de tecedeiras — e outras das bobinadeiras e também o...

De maneira que, como o outro foi embora e só fiquei eu, estava aqui entre a espada e a parede e disse assim: não, não vou. Não posso acobardar-me, tenho que estar ao lado do pessoal. Fiqui e, é claro, ele queria sair e nós não consentimos. Deixámo-nos estar cá dentro. Ele tirou o carro e foi chamar a polícia. Foi chamar o chefe da polícia mais o subchefe. Vieram aí e disseram: «Vocês têm que ir para a rua. Tenham paciência, isto já está entregue ao tribunal, tem que ser fechado». Então nós dissemos: «Não, senhor, isto não está entregue em tribunal, por isso nós temos ordem do Sindicato para não abandonarmos as instalações. Se os senhores duvidam, vão pelo Sindicato e eles lá os informamos como deve ser.

Depois tivemos logo aí umas ajudas, o pessoal começou a juntar-se aí — inclusive esse mestre aí do Lima também começou a apoiar-nos: aí sim, vocês não tenham medo» e assim e assado. Juntou-se aqui, logo à noite, bastante pessoal.

É claro, o patrão chegou com a polícia, esta queria que nós retíssemos, mas nós não retiramos. O patrão parou ali o carro e ver se nós saíamos para fora. Viu que nós não cedíamos, meteu-se dentro do carro e foi-se embora.

Então, depois o chefe da polícia foi pelo Sindicato e vieram cá outra vez mais o secretário do Sindicato e mais outro membro da direcção e disseram:

— porque nós não consentimos. No outro dia já vinha doutra maneira: «Estou pronto para aderir ao movimento e tal, assim e assado». Bem, ele é operário não é, portanto concordamos com isso. Isto foi andando. No sábado estiveram aqui os do Sindicato e os do Partido Comunista. Começaram-nos a armar e assim e assado. Então ficou marcada uma reunião para domingo às nove horas. No domingo, às nove horas, vieram cá os delegados do Sindicato e vieram dois membros do Partido Comunista ver. Claro, conversa e mais conversa, muita animação, começaram a animar-nos que podíamos começar a trabalhar em auto-gestão, e foi resolvido formar-se uma comissão de trabalhadores. Essa comissão era composta por seis trabalhadores. Depois desta comissão elegeram um para gerir os destinos da fábrica, para dirigir isto. Essa eleição recaiu sobre mim, é claro, desde essa data até ao presente tenho procurado cumprir o melhor que sei.

Ora havia aqui uma empregada do escritório que era filha da mestra da mesa que estavam totalmente ligadas ao patrão. Ora eu, tomei logo uma atitude nessa reunião, que era a de que a empregada não ficaria aqui no escritório, visto que não havia de momento serviço de escritório. O serviço que havia aqui anterior estava todo praticamente nulo, não é? Se houvesse a ajuda uma vez que a fábrica fechou, ficaria sem efeito. Por isso, não tendo que fazer no escritório, ficaria aí a ajudar a confecção ou no que fosse preciso. E claro, não me convinha que as pessoas ligadas ao patrão ficassem aqui à frente disto para não nos prejudicar. De maneira que, então ela não gostou, mais ainda porque a mãe estava metida na comissão. A mãe estava metida na comissão mas como tinha de baixar de posição, dos escritórios para os acabamentos, ao outro dia não vieram trabalhar, com a ideia de que sem elas isto não ia para a frente. Mas isto começou logo a movimentar-se. Começou-se logo a dar ordens como se havia de trabalhar. De maneira que começamos então a trabalhar e é claro a fazer o serviço que era preciso, de comprar algo ou vender a produção. Depois que começamos a vender, começamos a actualizar os preços, visto que os preços a que estavam os artigos eram baixos para os artigos bons e altos para os fracos. Tivemos que rever a equiparação de preços, visto que não estavam

realmente bem equiparados. É claro, começamos a comprar e a vender algo.

A princípio lutamos com dificuldades para a compra de matéria-prima, visto que os patrões solidariaram-se uns com os outros, não é? De princípio tivemos dificuldade. Mas, felizmente, essas dificuldades foram-se vencendo. Houve aí, no Pevidém, uma casa que nos começou a vender, e até, vá lá, com umas certas facilidades de pagamento, visto que nos deu as possibilidades de 10, 20 e 30 dias de prazo.

Nessa ordem de ideias, nós de princípio começamos a gastar um bocado de algodão que tínhamos aí, de aproveitamentos, para fazermos uns saldos, e agora, desde essa data, começamos a comprar o algodão para fazermos o artigo bom: jogos de toalhas, toalhões já artigos que dão mais dinheiro, sem ser do artigo mais barato, o artigo de saldo.

B. — Nós no início ficamos sem compradores e sem mercadorias.

A. — No início ficamos sem compradores fixos, ele arrebatou-os todos para a nova fábrica.

De maneira que, então, começamos nós a vender, eu inclusive, a minha filha também começou a levar obra. Ela já vendia por lá umas meias, já vendia por lá qualquer coisa dum vintinho que também vende. Então ela começou a levar uns artigos a vender, e só à parte do que eu levei para ela vender já anda perto de 60 contos. Está claro que a obra lá ao preço que a vendida para fora, conforme vendíamos para fora, para nós lá ao nosso preço.

COMB. — Nesta primeira fase houve saída de máquinas daqui?

A. — Nesta primeira fase, quando isto fechou, ele tinha retirado aqui diversas máquinas. Depois de isto fechar não retirou mais nenhuma.

B. — São máquinas que estão ali na lista...

A. — As máquinas que ele retirou foram estas:

— Uma calandra (esta calandra já ele a tinha retirado há dois anos mais ou menos).

- Duas bobinadeiras.
- Um aparelho de soldar eléctrico.
- Um aparelho de soldar a auto-géneo.

- Uma caixa de tingir em inox.
- Uma máquina de tingir em peça.
- Quatro motores de teares largos.
- Uma máquina de costura.

- Uma máquina de fita-cola.
- Uma estante metálica.
- 10 vigas de ferro em I (onde estavam instaladas seis máquinas de seis teares).

- Um conversor de tinturaria.
- Duas viaturas (uma furgoneta e um carro).

Isto foi o que ele retirou e que está precisamente a fazer-nos muita falta, porque queremos um carro para ir buscar algo ou para ir aqui e ali, e ele retirou tudo para a outra fábrica.

COMB. — E mercadoria?

A. — Mercadoria... pagava-se aqui o algodão, vinha debitado para Sousa Abreu e era retirada lá para baixo para lá, para a outra firma. Tinha-se aqui para lá, para a outra firma, já há cinco anos. Urdirões, urdiam telas lá para baixo, o algodão vinha para aqui e urdiam lá para baixo.

As rematadeiras foram repassar telas para os teares automáticos — para os novos teares automáticos que ele comprou — e estiveram lá quinze dias a pagarem-se por aqui, estando o pessoal a trabalhar lá. O motorista trabalhava lá desde Janeiro até Setembro, pago aqui pela Sousa Abreu. O mesmo aconteceu com os operários da tinturaria quando não tinham aqui que fazer iam trabalhar lá para baixo.

Com todas estas coisas está visto que a firma não podia dar lucro. Inclusive, com o serviço de serralharia, foram feitos para os teares automáticos lá para baixo — está aí uma factura de 16 contos — para Moreira de Cónegos, uns serviços que foram também pagos pela Sousa Abreu. O próprio administrador de falcência andou aqui a verificar, e claro, perguntou-nos: esta conta assim assim, esta de desasseis contos dos teares automáticos da Industrial António Teixeira... Ah!... O senhor Doutor já está a verificar que aquilo que eu lhe dizia era verdade. Coisas que se pagavam por aqui e eram feitas para a outra fábrica.

COMB. — A fábrica nova há quanto tempo é que está montada?

A. — Ele tinha uma fábrica em Valarinho, uma fábrica com vinte e tal teares mecânicos...

B. — Já há muitos anos, há uns dez.

(Continua na pdg. 6)